

***TIM Participações S.A. e
TIM Participações S.A. e empresas
controladas***

*Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes*

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	14
Relatório da Administração	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	57
Parecer do Conselho Fiscal	131
Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário	132
Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras	138
Declaração dos diretores sobre o parecer dos Auditores Independentes	139

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
TIM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da TIM Participações S.A. ('Companhia'), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TIM Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Provisão para contingências tributárias

De acordo com a Nota Explicativa nº 24 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$ 14 bilhões, sendo R\$ 216 milhões provisionados para processos com probabilidade de perda provável, com base na opinião de seus assessores jurídicos e da Administração. As situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

Resposta da auditoria ao assunto

Considerando a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas discussões judiciais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Obtenção de confirmação (circularização) junto aos assessores jurídicos da Companhia para todos os processos tributários em andamento, bem como a respectiva avaliação de valores e probabilidade de perda;
- Para determinados processos tributários, obtenção de opinião de especialistas tributários (*second opinion*) sobre a razoabilidade dos prognósticos dos assessores jurídicos e avaliação dos argumentos e/ou teses de defesa;
- Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Avaliação de perda por *impairment* de ágio

A Companhia possui registrado ágio no montante de R\$ 1,53 bilhões em 31 de dezembro de 2016 referente à aquisição de empresas em anos anteriores, conforme Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos. Este procedimento envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos e questionamos as previsões de fluxo de caixa futuro preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive efetuando a comparação com os seus planos mais recentes de negócios, e realizamos o teste do valor em uso. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente para resultar em *impairment* do ágio, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas, bem como a adequação das divulgações realizadas em nota explicativa às demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Reconhecimento de receita *unbilled*

Conforme Nota Explicativa nº 28 às demonstrações contábeis, o reconhecimento de receita na indústria de telecomunicações é considerado um risco inerente, porque o processo envolve sistemas complexos de faturamento, que processam grandes volumes de dados, com uma combinação de diferentes produtos vendidos e variações de preços durante o ano que mudam a partir dos diferentes planos e ações de marketing. As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente. Eventuais problemas no cálculo dessa estimativa podem impactar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia.

Reapresentação de anos anteriores e reconhecimento de receita pré-paga

Conforme Nota Explicativa nº 2.e, em abril de 2016, a Administração da Companhia identificou erros de exercícios/períodos anteriores relacionados com o reconhecimento de receitas de recarga de créditos pré-pagos vendidos por terceiros, que resultaram na reapresentação das cifras comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Ainda, de acordo com a Nota Explicativa nº 28 às demonstrações contábeis, os minutos não utilizados pelos clientes são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes. A reapresentação ocorreu em virtude de ajuste indevido no processo de reconciliação entre os créditos em poder de terceiros e os efetivamente ativados na plataforma pré-pago.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação e teste sobre os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação (TI);
- Teste detalhado sobre as receitas de vendas de serviços, por meio de amostragem não estatística;
- Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da receita incorrida ainda não faturada no final do exercício (*unbilled*), bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada do mês subsequente após o fechamento (*billed*);
- Adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Resposta da auditoria ao assunto

Em relação aos ajustes identificados e ao processo de reconhecimento de receita pré-paga, nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação e teste sobre os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação (TI);
- Testes sobre a captura de informações por parte do sistema de faturamento da plataforma pré-pago, incluindo teste sobre a tarifação de acordo com os planos oferecidos ao mercado;
- Avaliação dos sistemas utilizados nas operações com os parceiros na compra de créditos pré-pago (*sell in*) e subsequente consumo desses créditos pelos clientes (*sell out*), visando identificar a origem do erro e a validação dos novos controles implementados;
- Entendimento e verificação dos ajustes identificados pela Companhia e os efeitos nos exercícios anteriores;
- Avaliação da adequação da divulgação realizada nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 04 de fevereiro de 2016, sem qualquer modificação. Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, revisamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.e, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015. Concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

Julian Clemente
Contador CRC 1 SP 197232/O-6 - S - RJ

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)	01/01/2015 Reapresentado (Nota 2.e)	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)	01/01/2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.593	24.763	43.455	5.128.186	6.100.403	5.232.992
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	-	479.953	599.414	-
Contas a receber de clientes	6	329	329	329	2.919.177	2.858.089	3.537.417
Estoques	7	-	-	-	143.934	141.720	264.033
Dividendos a receber	13	134.606	469.013	385.835	-	-	-
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	-	633.854	924.624	1.287.046
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9	22.351	21.911	20.648	334.806	329.722	362.114
Despesas antecipadas	11	2.149	15	-	130.392	210.056	266.264
Operações com derivativos	39	-	-	-	82.454	608.915	47.541
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	-	2.818	1.969	1.525
Outros valores a compensar	17	-	-	-	83.107	149.180	-
Outros ativos		26.267	26.720	12.743	168.718	116.154	182.018
		194.295	542.751	463.010	10.107.399	12.040.246	11.180.950
Não Circulante							
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	98	-	-	41.149
Contas a receber de clientes	6	-	-	-	24.092	24.861	29.886
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	-	867.143	817.676	574.490
Impostos e contribuições diretos a recuperar	9	-	-	-	200.898	170.521	162.859
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	-	41.690	14.526	537.097
Depósitos judiciais	12	89.857	73.825	65.631	1.294.125	1.106.041	986.017
Despesas antecipadas	11	6.407	57	-	54.374	55.234	70.587
Operações com derivativos	39	-	-	-	134.468	490.659	463.157
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	-	201.944	197.966	193.511
Outros ativos		-	-	-	12.442	12.117	11.926
		96.264	73.882	65.729	2.831.176	2.889.601	3.070.679
Investimentos	13	16.991.186	16.375.821	14.731.211	-	-	-
Imobilizado	14	-	-	-	11.084.530	10.667.348	8.914.929
Intangível	15	157.556	157.556	157.556	10.632.575	9.959.193	9.322.634
		17.245.006	16.607.259	14.954.496	24.548.281	23.516.142	21.308.242
Total do ativo		17.439.301	17.150.010	15.417.506	34.655.680	35.556.388	32.489.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		2016	2015 Reapresenta do (Nota 2.e)	01/01/2015 Reapresentado (Nota 2.e)	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)	01/01/2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	18	2.086	4.071	1.218	3.461.081	3.734.555	5.355.736
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	-	1.145.225	2.326.187	1.281.554
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	-	96.604	38.592	3.642
Operações com derivativos	39	-	-	-	36.163	109.512	67.044
Obrigações trabalhistas		3.844	1.723	2.119	212.279	199.373	208.629
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	323	317	225	453.130	501.768	645.896
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	31	46	14	363.726	213.880	162.311
Dividendos a pagar	26	206.112	524.779	421.002	206.112	524.779	421.002
Autorizações a pagar	19	-	-	-	486.494	467.687	493.169
Receitas diferidas	23	-	-	-	812.340	1.043.239	990.398
Outros passivos		7.652	7.587	7.547	8.401	7.292	9.943
		<u>220.048</u>	<u>538.523</u>	<u>432.125</u>	<u>7.281.555</u>	<u>9.166.864</u>	<u>9.639.324</u>
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	-	5.574.557	5.600.250	5.472.865
Arrendamentos mercantil financeiro	16	-	-	-	1.705.634	1.579.914	326.027
Operações com derivativos	39	-	-	-	45.310	-	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	-	-	-	112	103	94
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	-	-	-	258.840	243.151	229.027
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	-	108.358	120.730	129.206
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	1.982	4.403	3.603	478.482	415.611	406.509
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego		-	-	-	1.586	1.275	645
Provisão para futura desmobilização de ativos	25	-	-	-	21.726	31.609	286.275
Autorizações a pagar	19	-	-	-	900.138	690.285	879.012
Receitas diferidas	23	-	-	-	1.061.304	1.098.689	137.585
Outros passivos		29.758	29.762	29.764	30.565	30.585	30.609
		<u>31.740</u>	<u>34.165</u>	<u>33.367</u>	<u>10.186.612</u>	<u>9.812.202</u>	<u>7.897.854</u>
Total do passivo		<u>251.788</u>	<u>572.688</u>	<u>465.492</u>	<u>17.468.167</u>	<u>18.979.066</u>	<u>17.537.178</u>
Patrimônio líquido							
Capital social	26	9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Ações em tesouraria		(3.369)	(3.369)	(3.369)	(3.369)	(3.369)	(3.369)
Reservas de capital		1.564.149	1.442.097	1.344.470	1.564.149	1.442.097	1.344.470
Ajustes de avaliação patrimonial		(507)	1.887	2.303	(507)	1.887	2.303
Reservas de lucros		5.760.942	5.270.409	3.742.312	5.760.942	5.270.409	3.742.312
Total do patrimônio líquido		<u>17.187.513</u>	<u>16.577.322</u>	<u>14.952.014</u>	<u>17.187.513</u>	<u>16.577.322</u>	<u>14.952.014</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>17.439.301</u>	<u>17.150.010</u>	<u>15.417.506</u>	<u>34.655.680</u>	<u>35.556.388</u>	<u>32.489.192</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Receita líquida	28	-	-	15.617.413	17.142.265
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	29	-	-	(7.693.406)	(8.306.857)
Lucro bruto		-	-	7.924.007	8.835.408
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	29	-	-	(4.719.029)	(4.822.974)
Gerais e administrativas	29	(19.345)	(29.058)	(1.258.722)	(1.195.277)
Resultado da equivalência patrimonial	13	768.241	2.110.187	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	30	206	(964)	(522.060)	434.283
		749.102	2.080.165	(6.499.811)	(5.583.968)
Lucro operacional		749.102	2.080.165	1.424.196	3.251.440
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	31	4.497	7.090	750.450	862.708
Despesas financeiras	32	(3.207)	(1.448)	(1.156.485)	(1.115.524)
Variações cambiais, líquidas	33	35	(365)	(4.845)	2.409
		1.325	5.277	(410.880)	(250.407)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		750.427	2.085.442	1.013.316	3.001.033
Imposto de renda e contribuição social	34	-	-	(262.889)	(915.591)
Lucro líquido do exercício		750.427	2.085.442	750.427	2.085.442
<i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i>					
Lucro básico por ação	35	0,31	0,86		
Lucro diluído por ação	35	0,31	0,86		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Lucro líquido do exercício	750.427	2.085.442	750.427	2.085.442
Outros componentes do resultado abrangente				
Item que não será reclassificado para o resultado:				
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego, líquido do efeito tributário	(204)	(416)	(204)	(416)
Item a ser posteriormente reclassificado para o resultado:				
Hedge de fluxos de caixa (Nota 5)	(2.190)	-	(2.190)	
Total do resultado abrangente do exercício	748.033	2.085.026	748.033	2.085.026

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)**

	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão					
Saldos em 01 de janeiro de 2015	9.866.298	1.344.470	515.956	3.596.376	-	(3.369)	2.303	-	15.322.034
Ajustes de exercícios anteriores (nota 2.e)	-	-	-	(370.020)	-	-	-	-	(370.020)
Saldos em 01 de janeiro de 2015 – (Reapresentado (Nota 2.e))	9.866.298	1.344.470	515.956	3.226.356	-	(3.369)	2.303	-	14.952.014
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.071.145	2.071.145
Ajuste no exercício	-	-	-	-	-	-	-	14.297	14.297
Lucro líquido ajustado	-	-	-	-	-	-	-	2.085.442	2.085.442
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no PL da controlada	-	-	-	-	-	-	(416)	-	(416)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(416)	2.085.442	2.085.026
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	4.504	-	-	-	-	-	-	4.504
Opções de compra de ações (nota 27)	-	4.504	-	-	-	-	-	-	4.504
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	103.557	-	-	-	-	(103.557)	-
Reserva legal (nota 26)	-	-	103.557	-	-	-	-	(103.557)	-
Dividendos propostos (nota 26)	-	-	-	-	-	-	-	(468.616)	(468.616)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 26)	-	93.123	-	-	-	-	-	(93.123)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 26)	-	-	-	1.420.146	-	-	-	(1.420.146)	-
Dividendos lançados diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	4.394	-	-	-	-	4.394
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	97.627	103.557	1.424.540	-	-	-	(2.085.442)	(459.718)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 – (Representado (Nota 2.e))	9.866.298	1.442.097	619.513	4.650.896	-	(3.369)	1.887	-	16.577.322
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	750.427	750.427
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	750.427	750.427
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no PL da controlada	-	-	-	-	-	-	(204)	-	(204)
Hedge de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	(2.190)	-	(2.190)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.394)	750.427	748.033
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	3.802	-	-	-	-	-	-	3.802
Opções de compra de ações (nota 27)	-	3.802	-	-	-	-	-	-	3.802
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	37.521	-	-	-	-	(37.521)	-
Reserva legal (nota 26)	-	-	37.521	-	-	-	-	(37.521)	-
Dividendos propostos (nota 26)	-	-	-	-	-	-	-	(148.664)	(148.664)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 26)	-	118.250	-	-	-	-	-	(118.250)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 26)	-	-	-	445.992	-	-	-	(445.992)	-
Dividendos lançados diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	7.020	-	-	-	-	7.020
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	122.052	37.521	453.012	-	-	-	(750.427)	(137.842)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.866.298	1.564.149	657.034	5.103.908	-	(3.369)	(507)	-	17.187.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Atividades operacionais					
Lucro antes do IR e CSSL		750.427	2.085.442	1.013.316	3.001.033
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		-	-	3.785.172	3.361.971
Resultado de equivalência patrimonial	13	(768.241)	(2.110.187)	-	-
Ganho na venda de ativo imobilizado (<i>leaseback</i>)	1b e 30	-	-	(44.036)	(1.210.980)
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		-	-	19.528	11.704
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	25	-	-	1.146	3.961
Provisão para processos administrativos e judiciais	24	(2.444)	2.384	375.242	359.973
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais		(1.414)	(411)	41.010	28.857
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		-	-	625.865	743.992
Juros leasing a pagar	32	-	-	246.280	145.274
Juros leasing a receber	31	-	-	(25.756)	(24.045)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	29	-	-	266.442	230.357
Opções de compra de ações	27	(325)	654	3.802	4.504
		(21.997)	(22.118)	6.308.011	6.656.601
Redução (aumento) dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(291.825)	535.736
Impostos e contribuições a recuperar		(440)	(1.263)	206.143	157.232
Estoques		-	-	(2.214)	122.313
Despesas antecipadas		(8.499)	-	80.524	71.561
Dividendos recebidos		489.013	385.835	-	-
Depósitos judiciais		(14.358)	(6.979)	(128.256)	(70.491)
Outros ativos		471	(14.046)	26.064	(75.204)
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Obrigações trabalhistas		2.120	(396)	12.906	(9.256)
Fornecedores		(1.986)	2.853	(296.014)	(1.808.097)
Impostos, taxas e contribuições		(9)	124	(214.353)	(493.936)
Autorizações a pagar		-	-	199.163	(247.806)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(237)	(2.388)	(413.209)	(429.261)
Receitas diferidas		-	-	(337.806)	11.552
Outros passivos		61	35	(156.886)	(142.760)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		444.139	341.657	4.992.248	4.278.184
Atividades de investimentos					
Ativos financeiros ao valor justo		-	98	119.461	(558.264)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	1.b	-	-	133.708	2.498.421
Adições ao imobilizado e intangível		-	-	(4.502.397)	(4.764.239)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		-	98	(4.249.228)	(2.824.082)
Atividades de financiamentos					
Novos empréstimos		-	-	1.304.492	1.262.351
Amortização de empréstimos		-	-	(2.685.938)	(1.711.497)
Pagamento e recebimento de leasing financeiro		-	-	(178.818)	(82.092)
Operações com derivativos		-	-	305.336	304.994
Dividendos pagos		(460.309)	(360.447)	(460.309)	(360.447)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		(460.309)	(360.447)	(1.715.237)	(586.691)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(16.170)	(18.692)	(972.217)	867.411

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.763	43.455	6.100.403	5.232.992
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.593	24.763	5.128.186	6.100.403

Divulgação das informações suplementares das transações não monetárias e outras, encontram-se na Nota 42 .

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	22.745.589	25.771.501
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	(266.442)	(230.357)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(1.433.290)	(2.380.926)
	-	-	21.045.857	23.160.218
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(4.174.051)	(5.163.332)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.862)	(16.444)	(2.975.525)	(2.359.034)
	(4.862)	(16.444)	(7.149.576)	(7.522.366)
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(3.785.172)	(3.361.971)
Valor adicionado líquido produzido	(4.862)	(16.444)	10.111.109	12.275.881
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	768.241	2.110.187	-	-
Receitas financeiras	4.568	7.122	2.449.495	2.010.723
	772.809	2.117.309	2.449.495	2.010.723
Valor adicionado total a distribuir	767.947	2.100.865	12.560.604	14.286.604
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	11.197	9.203	513.257	595.117
Benefícios	769	1.124	193.433	180.995
F.G.T.S	206	202	53.539	57.339
Outros	231	685	67.172	16.911
	12.403	11.214	827.401	850.362
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	1.749	2.193	2.728.919	3.212.396
Estaduais	-	-	4.669.648	5.219.157
Municipais	17	14	15.231	16.743
	1.766	2.207	7.413.798	8.448.296
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	3.188	1.797	2.857.708	2.257.714
Aluguéis	163	205	708.554	644.790
	3.351	2.002	3.566.262	2.902.504
Outros				
Investimento social	-	-	2.716	-
	-	-	2.716	-
Remuneração de Capital Próprio				
Dividendos	148.664	468.616	148.664	468.616
Lucros retidos	601.763	1.616.826	601.763	1.616.826
	750.427	2.085.442	750.427	2.085.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2016

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Prezados acionistas,

A administração da TIM Participações S.A. (“TIM Participações”, “A Companhia” ou “TIM”) apresenta aos senhores(as) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com o relatório dos auditores independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards), conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2016 abaixo, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia

A TIM Participações é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) e cujas ADRs (*American Depositary Receipts*) são listadas na bolsa de Nova York (New York Stock Exchange - NYSE). No final de 2016, a Companhia foi informada de que fará parte, pelo nono ano consecutivo, do seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial). Além disso, é a única Companhia de telecomunicações a participar do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA, além de ter implementado o Comitê de Auditoria Estatutário nos termos do Estatuto Social da Companhia, progredindo ainda mais em sua Governança Corporativa.

A TIM Participações é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. Através do compartilhamento de experiências e adoção de uma política de boas práticas, a Companhia compartilha experiências com a sua controladora e acumula sinergias que beneficiam todos os seus clientes. Através de nossas subsidiárias, TIM Celular S.A. e Intelig, operamos no mercado de telefonia móvel, de telefonia fixa e transmissão de dados, em todo território brasileiro. A TIM também é referência na oferta de serviços de ultra banda larga, através da TIM LIVE, cuja área de operações abrange as áreas metropolitanas dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

Após um ano muito difícil em 2015, com a macroeconomia progressivamente se deteriorando e com um impacto significativo da inflação e do câmbio, o ano de 2016 foi marcado por um período de estabilização em alguns indicadores macroeconômicos e uma recuperação para as operações da Companhia. Após o primeiro trimestre, muitas ações foram tomadas para recuperar e mudar a trajetória de desempenho do negócio, como novas ofertas, reposicionamento de preços, maior foco no pós-pago, esforços adicionais em eficiência e implantação contínua de redes com as tecnologias 3G e 4G.

Um Ano de Recuperação

Resumindo, a recuperação teve três focos: (i) reposicionamento da base de clientes, (ii) maiores esforços no programa de eficiência e (iii) aprimoramento da experiência do cliente, especialmente em dados 4G. Esses elementos endereçados foram cruciais para mudar o desempenho da Companhia e conseguir um perfil mais lucrativo, fazendo valer cada investimento feito.

Reformulação do Perfil da Base de Clientes

No primeiro pilar, o reposicionamento da base de clientes, uma nova estratégia foi aplicada com uma abordagem "mais-por-mais", evoluindo nossa proposição de valor de baixo custo para melhor relação custo-benefício. Este novo *Go-to-market* foi caracterizado por ofertas baseadas em chamadas *off-net*, pacotes maiores de dados e aceleração na migração pré-pós. Como consequência disso, conseguimos adicionar 1,3 milhão de linhas no segmento pós-pago, atingindo um mix de 23% da base total, ao mesmo tempo em que asseguramos a liderança no segmento pré-pago com 48,5 milhões de linhas.

Outra evidência forte de que a TIM está recuperando seu posicionamento pode ser observada nos números da Portabilidade Numérica Móvel (PNM), onde a TIM teve um saldo positivo em todos os meses ao longo de 2016, um resultado sem precedentes desde o início do processo PNM no Brasil.

A base de assinantes não está mudando apenas em termos de método de pagamento (pré-pago versus pós-pago), mas também na migração de tecnologia de 3G para 4G. Se por um lado as linhas 3G caíram 21% em 2016 para 29,5 milhões de usuários, o 4G teve um ritmo notável com 137,2% de crescimento no mesmo período e terminou o ano com 16,9 milhões de linhas.

Todo o reposicionamento nas frentes comercial e de marketing foi feito com grande atenção ao Opex, o segundo destaque no processo de recuperação. Um intenso programa de contenção de custos foi implementado com um escopo muito amplo.

Outro Nível em Eficiência de Custos

Relatório da Administração

O programa original de eficiência iniciado em 2015 evoluiu para um programa maior em 2016, com desafios adicionais e com objetivo de economia de R\$1,7 bilhão no período entre 2016-18. Grande parte dessas economias foi conquistada ao longo do ano de 2016, fechamos este período com uma economia de R\$1,2 bilhão. Consequentemente, apesar das pressões de alta com inflação e outros elementos, o Opex total normalizado do ano caiu 11,5% para R\$10,4 bilhões.

As principais ações do programa de eficiência de 2016 envolveram: (i) renegociações de contratos; (ii) redimensionamento da estrutura através de um programa de demissão; (iii) revisão das estratégias de comissionamento, (iv) ajuste e otimização de processos e sistemas; (v) controle dos custos da rede aplicando tarifas reguladas e mantendo a implementação de nossa própria infraestrutura para reduzir o número de linhas alugadas.

Nossos esforços garantiram não apenas uma organização enxuta, mas uma economia significativa e sustentação da expansão da margem EBITDA ao nível mais alto na história da TIM.

Vantagem Estrutural da Rede 4G

Por último, mas não menos importante no processo de recuperação, a implantação rápida de infraestrutura permaneceu uma de nossas prioridades em 2016. Como tal, o número de cidades cobertas com 4G chegou a 1.255, uma marca notável de mais de 800 novas cidades em um ano e confirmou a sólida posição de liderança em cobertura 4G. A TIM investiu R\$4,5 bilhões em infraestrutura ou cerca de 29% da receita total, novamente um compromisso forte com uma visão de longo prazo e com a melhoria da experiência do cliente.

Conclusão e Perspectivas

Concluindo, parece que o pior ficou para trás não só para a macroeconomia, mas mais importante, para a Companhia. Nossos resultados em 2016 estão pavimentando o caminho para uma organização enxuta e centrada no cliente, ao mesmo tempo em que estamos confirmando nosso compromisso de buscar um crescimento sustentável, enquanto melhoramos a geração de caixa e os níveis de retorno.

Stefano De Angelis
CEO

2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Econômico

Em 2016, a economia brasileira passou por mais um ano de contração do produto interno bruto (PIB), -3,49%¹, somado a elevadas taxas de juros e índice desemprego de dois dígitos, apesar do início de uma estabilização política e fiscal vista na segunda metade do ano. Do lado político, o país teve o segundo processo de impeachment de sua história e após esse processo, a nova equipe de governo está trabalhando para recuperar a credibilidade, começando com alterações das diretrizes econômicas, inclusive o estabelecimento de um limite de gastos públicos, discussão da reforma da previdência, lançamento de programas de concessões e outros estímulos econômicos. Ao nível global, tensões políticas no Oriente, o Brexit, as eleições americanas e o aumento da taxa de juros do Fed trouxeram incertezas no mercado internacional, deixando pouco nítida a direção da economia global nos próximos anos.

De volta ao cenário macroeconômico, a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), reduziu o ritmo e fechou o ano em 6,3%, abaixo do teto estabelecido pelo Banco Central, e taxa básica de juros (SELIC) iniciou uma trajetória de queda. A taxa SELIC terminou 2016 em 13,75%, uma redução 0,5 por cento em comparação com 2015. As previsões do mercado, de acordo com o último relatório do BACEN, apontam para uma convergência da inflação próxima ao centro da meta em 2017 de 4,5%, e cortes sucessivos na taxa de juros. O mercado de crédito caiu em 2016, devido a uma menor taxa econômica, alta taxa de desemprego em 11,5% e alta taxa de juros.

Na frente cambial, o Real valorizou 16,5% contra o dólar americano. Após atingir a maior desvalorização no início do ano, chegando a R\$4,16 (R\$/US\$), a moeda inverteu a tendência com a mudança de governo e a recuperação dos preços das commodities. A balança comercial terminou 2016 com um excedente de US\$ 47,7 bilhões, representando crescimento de 142% em comparação com 2015, apesar da redução das exportações, 3%, mas compensado pela queda brusca das importações, 20%.

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

A telefonia móvel no Brasil é caracterizada por ser um setor privado onde alguns preços e tarifas são regulados, mas o ambiente de concorrência determina a maior parte da dinâmica de preços. A ANATEL atua como agência reguladora, com a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, para prover uma infraestrutura de telecomunicações moderna e eficiente, capaz de oferecer à sociedade serviços apropriados, diversificados e por preços justos, em todo o território nacional".

¹ Estimado pelo último relatório do Banco Central (BACEN)

Na área da concorrência, o setor de telefonia móvel brasileiro se apresenta como um dos mais competitivos do mundo, sendo um dos poucos a ter quatro principais concorrentes com presença nacional e participação no mercado de 17% a 30%. A forte concorrência no mercado e o alto nível de impostos sobre a indústria de telecomunicações implicam em forte pressão sobre as margens. A necessidade de investimentos constantes é também uma característica importante da indústria de telecomunicações no Brasil. Para suportar o aumento no tráfego de rede ao longo dos anos e o advento de novas tecnologias, altos níveis de investimento são necessários para garantir a escala e a qualidade dos serviços prestados.

3. Serviços TIM

3.1. Nosso Negócio

A TIM tem uma marca forte e reputação como uma empresa inovadora e disruptiva, tendo sido pioneira no lançamento de vários produtos no Brasil. Planos e ofertas inovadores ajudaram a posicionar a Companhia como uma prestadora de serviços capaz de definir um novo padrão no mercado. Entre esses planos, introduzimos o conceito de cobrança por chamada (ao invés de por minuto), equalizando as tarifas para chamadas locais e de longa distância dentro da nossa rede e também iniciando o movimento de equalização das chamadas *on-net* e *off-net*.

Em 2016, a TIM iniciou uma nova campanha institucional apresentando o lançamento de um novo logo e de um novo slogan "Evoluir é fazer diferente". O novo slogan representa um novo posicionamento de mercado e aponta para uma forma diferente de encarar a relação com os clientes. Essa transformação é parte de uma jornada que a companhia está realizando, com foco na qualidade e em uma melhor experiência do usuário.

O novo posicionamento da TIM procura atender as necessidades dos consumidores entendendo o que eles valorizam e ganhando sua confiança com base em três pilares: (i) INOVAÇÃO, que já está no DNA da companhia e continuará como prioridade, com novos planos, ofertas, parcerias e tecnologias; (ii) QUALIDADE é extremamente importante nessa nova rota. A TIM trabalhou para tornar-se a líder em cobertura 4G e manter investimentos fortes na infraestrutura para prover o melhor serviço aos seus clientes e para estar preparada para o futuro; (iii) EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO, complementa os outros dois pilares estabelecendo uma nova relação com os clientes e atuando de forma a todos receberem a melhor experiência, ótimos serviços e uma relação transparente com a companhia.

3.2. Nossa Estratégia

Com nossa estratégia estabelecida de foco em dados, o crescimento da nossa receita líquida de dados continuou inabalável, até mesmo pela crise macro, e alcançou novamente um crescimento de dois dígitos, 13% contra 2015

A TIM está completamente comprometida com a recuperação, mudando a percepção de "marca barata" para uma operadora centrada em qualidade, capaz de concorrer também em segmentos de alto valor. Essa transição envolve maior eficiência operacional e organizacional, expansão da infraestrutura, sofisticação de canais de atendimento ao cliente, assim como a defesa da liderança do pós-pago, recuperando o segmento pós-pago com um portfólio mais completo, abordando um conceito "mais para mais".

Corroborando com a estratégia de atuar em segmentos de alto valor, a Companhia oferece serviços de banda larga fixa através do TIM LIVE, um serviço de ultra banda larga operado nos estados de SP e RJ com o melhor reconhecimento de mercado no país e líder no ranking de

velocidade da Netflix. A operação mostrou resultados positivos, tanto em termos de receita líquida, quanto na evolução da base, como resultado de investimentos em infraestrutura e compromisso com a melhor experiência ao cliente.

Nós continuamos com foco na importância estratégica de desenvolver uma infraestrutura robusta de dados para o crescimento do tráfego, particularmente na tecnologia 4G, que proporciona uma melhor qualidade de serviço e aumento da eficiência dos custos da rede. Nosso volume de investimentos permitiu-nos aumentar a liderança em 4G em termos de cobertura no Brasil, tanto em número de cidades, quanto em percentual da população urbana coberta. Esta condição é uma oportunidade excelente para a Companhia, devido à tendência sólida de aumentar o volume transportado e de tráfego de dados na rede 4G. A infraestrutura completa é essencial para nosso posicionamento competitivo agora e no futuro, e é por isso que ainda estamos trabalhando no desenvolvimento de nossa rede 3G, que é ajudada por descarregamento através da rede 4G, o que permite uma melhor experiência também em 3G, aumentando a qualidade de dados e voz.

4. Recursos humanos

A TIM tem como um dos seus pilares estratégicos “Pessoas e Organização”, de modo que o foco nas pessoas, o desenvolvimento das suas capacidades e habilidades são vetores de encorajamento e renovação do sentido de orgulho e pertencimento dos seus funcionários. Nossa meta é estimular a criatividade e incentivar as pessoas a quebrar as barreiras da vida cotidiana e ir além dos seus limites.

A Companhia administra seus recursos humanos alinhando as expectativas das pessoas, as necessidades do negócio e as condições de mercado. Num ambiente de trabalho motivador e desafiador, a TIM oferece espaço e oportunidades para que sua equipe expanda seus horizontes, desenvolva e amplie as conquistas da Companhia.

4.1. Pessoas

O Grupo TIM encerrou 2016 com 9.863 funcionários em todo Brasil. Essas pessoas, com suas histórias e o seu conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como chave para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 69% das pessoas têm formação universitária ou frequentam a universidade e 8% da força de trabalho possui pós-graduação. Os números e resultados mostram que os funcionários formam um quadro diversificado e altamente qualificado para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho da TIM é complementada por 264 trainees e 247 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os funcionários têm acesso a ferramentas inovadoras e caminhos bem estruturados para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. De maneira alinhada com os valores organizacionais da Companhia, eles traçam a carreira a partir das suas próprias experiências profissionais e conhecimento adquirido com o investimento da companhia. Neste sentido, a TIM investiu mais de R\$5 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2016.

Para orientar as carreiras dos seus funcionários, a TIM mapeia e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. Além de encorajar e proporcionar oportunidades de crescimento reais, a companhia reconhece a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais, recorrendo ao Gerenciamento de Desempenho.

A atração e desenvolvimento de profissionais com alto potencial são prioridades para a TIM. Através do Programa Talentos Sem Fronteiras, a TIM procura identificar e atrair os melhores jovens profissionais no mercado de trabalho, preparando-os para colocar em prática novas ideias e assumir posições estratégicas dentro da companhia em um curto período de tempo.

Para atrair os melhores alunos do mercado e treinar nossos futuros profissionais, o Programa Estágio Sem Fronteiras traz para a TIM jovens com energia, determinação, iniciativa, sentido de equipe e, especialmente, interesse por desafios.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder opções de compra ou subscrição de ações da TIM Participações a diretores e funcionários da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos da Companhia e também dos interesses dos acionistas e da administração da TIM.

O plano consiste em conceder o direito de compra de ações da companhia por um preço predeterminado durante um período especificado. As opções estão sujeitas a um período de aquisição (durante o qual as opções não poderão ser exercidas) e condições de execução (que podem ajustar positivamente ou negativamente o preço de opção). Na medida em que os funcionários forem capazes de adicionar valor ao preço das ações, eles lucrarão com o exercício das suas opções.

A concessão de opções de ação ou subscrição de ações vem sendo feita anualmente por 3 anos e o exercício da opção de compra ou subscrição de ações será concluído gradativamente, até 33% no primeiro ano, até 66% no segundo ano e 100% no terceiro ano, contados a partir de cada uma das três concessões. O prazo das opções é de 6 anos.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a administração do Plano fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia. Atualmente, existem dois Planos de Incentivo de Longo Prazo vigentes na companhia, referentes aos ciclos 2011-2013 e 2014-2016.

O exercício do Plano de Opções 2011-2013 está condicionado ao cumprimento de metas de desempenho específicas das ações, enquanto que o exercício do Plano de Opções 2014-2016 está condicionado à análise do desempenho das ações da TIM comparativamente a outros ativos do mercado. O Preço Alvo é calculado aplicando-se um ajuste sobre o preço base da ação, aumentando ou reduzindo este valor, de acordo com o critério definido em cada Plano.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Relatório da Administração

Recursos Humanos

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Neste Plano, os resultados de três períodos de aquisição de 2011 e 2012, concessões de 2011, e o 1º e 2º períodos de aquisição de 2013 já foram determinados:

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2011 - 2013	8.567.765	-3.399.832	-4.020.010	1.147.923
1ª Concessão	<i>2.833.595</i>	<i>-1.532.132</i>	<i>-1.301.463</i>	0
2ª Concessão	<i>2.661.752</i>	<i>-896.479</i>	<i>-1.495.818</i>	269.455
3ª Concessão	<i>3.072.418</i>	<i>-971.221</i>	<i>-1.222.729</i>	878.468

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	9.040.589	0	-1.454.355	7.586.234
1ª Concessão	<i>1.687.686</i>	<i>0</i>	<i>-382.124</i>	1.305.562
2ª Concessão	<i>3.355.229</i>	<i>0</i>	<i>-1.072.231</i>	2.282.998
3ª Concessão	<i>3.997.674</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	3.997.674

5. Rede

Os investimentos da Companhia priorizam projetos para (i) expansão da rede de fibra ótica, (ii) otimização do uso da rede, com ajustes para melhorar a qualidade do sinal nas áreas de cobertura atuais, (iii) mapeamento das principais causas de interrupções e falhas da rede, assim como as medidas necessárias para impedir esses eventos, assegurando a qualidade da conexão de chamadas e dados, para maior capacidade de acesso do usuário. Como prestadora de um serviço essencial para o desenvolvimento socioeconômico do país, nós realmente acreditamos que a promoção do acesso universal a serviços de telecomunicações contribui para o desenvolvimento da infraestrutura do país. A Companhia reafirma seu compromisso de investimento para 2017 e com a busca incessante de mais e melhores serviços, esforçando-se para atender todas as necessidades de todos os seus clientes.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM hoje tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 95% da população urbana brasileira, com presença em mais de 3.460 cidades. A TIM também possui uma extensa cobertura de dados em todo o país, usando as mais avançadas tecnologias 3G e 4G disponíveis para 89% e 74% da população urbana, respectivamente.

Do total de R\$4,5 bilhões em investimentos em 2016, R\$2,9 bilhões e R\$889 milhões foram investidos apenas em rede e tecnologia de informação, respectivamente, de modo a expandir a cobertura e a capacidade, com o crescimento do tráfego de voz e dados.

A TIM continuará investindo para fornecer uma banda larga móvel de alto desempenho, que habilita a rede para serviços de transmissão de dados de alta qualidade através do uso do 3G com acesso a Pacotes de Alta Velocidade (*High Speed Packet Access* - HSPA+), permitindo alcançar até 21Mbps por portadora, além de habilitar o recurso de Portadora Dupla (*Dual Carrier* - DC), totalizando até 42Mbps por antena. Esses investimentos também incluem a ativação de locais com *Long Term Evolution* (LTE – 4G), aprimoramento de antenas backhaul através da expansão da rede *Fiber to The Site* (FTTS), instalação de rádios de micro-ondas e uso de um novo modelo de gerenciamento de conteúdo (infraestrutura de Cache), reduzindo a latência e melhorando a experiência do cliente.

O ano de 2016 termina com a entrega de grandes projetos de infraestrutura para benefício dos usuários. Melhorias na transmissão de dados permitem um desempenho de navegação diferenciado para usuários de banda larga móvel através de websites ligados a fibra ótica e micro-ondas de alta capacidade, modernização do acesso por rádio e implementação de novos recursos no núcleo da rede.

Em 2016, a TIM aumentou em 51% o volume de instalações de equipamentos eNodeB (elemento de rede para implementação do LTE) e também aumentou continuamente o número de locais

conectados por fibra ótica e micro-ondas, representando um aumento de 9% se comparado com o final de 2015, possibilitando um aumento na capacidade de transmissão de dados.

É importante destacar que, desde o início de 2016, a TIM alcançou a liderança na cobertura 4G, com 1.255 cidades e mais de 130 milhões de habitantes em 31 de Dezembro de 2016, que agora podem contar com a tecnologia LTE.



Cobertura 2G (95% pop. urbana)

Cobertura 3G (89% pop. urbana)

Cobertura 4G (74% pop. urbana)

A Companhia manteve o programa interno iniciado em 2009 para monitorar a qualidade da rede, baseado em medições amostrais nas ruas das principais áreas metropolitanas do país. O programa monitora o desempenho da rede da TIM e também das outras operadoras móveis e é usado para fazer ajustes finos, melhorando a qualidade da rede.

5.2. Atendimento ao Cliente e Qualidade

A Companhia atingiu o menor nível, da história, para reclamações de clientes registradas no PROCON, integradas no Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC. O grupo econômico TIM teve a menor quantidade de reclamações registradas até Dezembro, o que significa 59% menos reclamações que o grupo econômico com o maior número de reclamações. De acordo com um relatório oficial da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), durante 2016, o grupo econômico TIM resolveu satisfatoriamente 81% de Cartas de Investigação Preliminares (CIPs) e 76% de Reclamações Fundamentadas (RFs), apresentadas pelo PROCON.

Nos últimos 12 meses– considerando os dados oficiais divulgados pela Anatel até Agosto/16 e estimativas internas de Setembro/16 até Outubro/16 – a TIM obteve aprimoramentos sólidos nas métricas de qualidade de voz da Agência. Ao mesmo tempo, é também importante destacar que a TIM foi capaz de manter seus resultados positivos em indicadores de dados (3G/4G) apesar da expansão rápida de nossa cobertura em 2016, especialmente em 4G, onde alcançamos a liderança em cidades cobertas.

Velocidade Imediata e Velocidade Média: Quanto às métricas da Anatel para velocidade instantânea (SMP10) e velocidade média (SMP11), destacamos que ambos os indicadores permanecem estáveis e acima da meta da Agência, garantindo uma experiência positiva ao cliente que utiliza dados. Em um cenário de forte aumento de tráfego de dados (+56% A/A, em 2016), tais resultados também indicam forte resiliência de nossa rede.

5.3. Atacado

5.3.1. Cobertura Internacional (Roaming)

No exterior, a TIM continua expandindo a disponibilidade de serviços de roaming internacional. Já existem mais de 450 redes disponíveis para uso de Voz em mais de 205 destinos em seis continentes (inclusive Antártica) e 153 destinos com cobertura de dados, incluindo 30 que permitem serviço LTE. Além disso, a companhia também disponibiliza para clientes pré-pagos, o serviço de *roaming* para 57 destinos. Para maior conveniência dos usuários, clientes TIM que viajam ao exterior também têm cobertura a bordo de navios e aviões.

5.3.2. MVNO (*Mobile Virtual Network Operator*)

A TIM mais uma vez inova explorando novos modelo de negócios, sendo a primeira e atual líder em infraestrutura MNO (*Mobile Network Operator*) para MVNOs no Brasil. Desta forma é possível se beneficiar de nichos do mercado, como serviços especializados (por exemplo M2M e IoT).

5.3.3. Prestador de Conectividade no Atacado

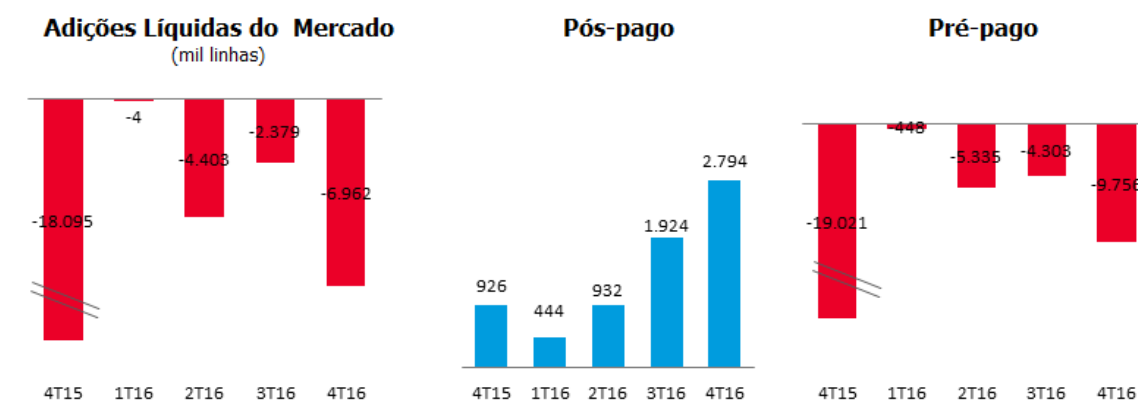
A TIM Brasil tem uma das maiores infraestruturas de fibra ótica metropolitana (157 Cidades) e de longa distância (57.000 km) do Brasil, provendo uma cobertura multisserviços de transportadora para suportar nossa Banda Larga Móvel/Fixa e Ofertas de Conectividade no atacado.

Para prover Transparência da Aplicação, Suportabilidade Básica e Simples, e escalabilidade da largura de banda, a TIM oferece Serviço de *Ethernet*, provendo serviços fim a fim de alta velocidade para o *backbone* no atacado (resiliência), *backhaul* móvel e/ou acesso às instalações do cliente final usando Certificação MEF 2.0 para Serviço Padrão de *Ethernet*, como a única Operadora Brasileira com esses Serviços de Transportadora Especializada e de Rede Certificados Internacionalmente.

6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

Seguindo tendência iniciada em 2015, 2016 foi marcado por ações de limpeza de base pelas operadoras devido ao processo de consolidação do efeito múltiplo SIM-card.



Fonte Anatel

6.2. Desempenho da TIM

A base de assinantes da TIM atingiu 63,4 milhões de linhas no final de 2016, com adições líquidas positivas de 171 mil linhas no último trimestre e invertendo a tendência negativa negativos dos primeiros trimestres de 2016. Este desempenho resultou de um crescimento consistente no segmento pós-pago, que mais do que compensou as desconexões nas linhas de pré-pago. Em uma comparação anual, as adições líquidas cresceram significativamente em relação 6,3 milhões negativos no 4T15.

Considerando os 12 meses de 2016, a TIM apresentou adições líquidas negativas de 2,8 milhões de linhas (contra -9,5 milhões em 2015) principalmente devido a desconexões fortes no segmento pré-pago durante 2T16. As adições brutas totais caíram para 31,5 milhões no ano contra 34,2 milhões em 2015, enquanto as desconexões diminuíram para 34,3 milhões de linhas (em comparação com 43,7 milhões em 2015). Consequentemente, a taxa de desconexão recuou para 52,4% em 2016, contra 59,1% em 2015.

A base de clientes com pós-pago totalizou a 14,9 milhões de usuários no final de 2016, aumento de 9,6% no ano. As adições líquidas de pós-pago somaram 1,3 milhões de linhas em 2016, um aumento de 21% em comparação com 1,1 milhão adicionadas em 2015. Estes resultados confirmam que a Companhia está aplicando a estratégia correta para recuperar seu *fair share* no segmento e também reafirma os bons resultados atingidos nos planos *Controle*.

O caminho para a recuperação no segmento pós-pago também está sendo apoiado pelo avanço da Portabilidade Numérica Móvel (PNM).

Em 2016, a TIM atingiu resultados positivos em PNM pós-pago todos os meses do ano. Desde a introdução do novo portfólio em Novembro de 2015, **a Companhia tem postado números PNM positivos no segmento pós-pago**, revertendo anos de desempenho negativo.

No segmento pré-pago, a TIM reduziu o ritmo de desconexão em 2016, mas ainda seguiu uma política rígida de manter sua base limpa. Até ao final do ano, a base pré-paga chegou a 48,5 milhões de linhas, queda de 7,8% no ano, desconectando 4,1 milhões de linhas em 2016 (contra 10,6 milhões em 2015).

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **O total de linhas 3G chegou a 29,5 milhões de usuários no final de 2016**, queda de 21,4% no ano seguindo a migração de clientes para dispositivos 4G.
- **A base 4G chegou a 16,9 milhões de usuários** em dezembro/16, um aumento relevante de 137% quando em comparação com 2015. Em termos absolutos, o crescimento anual representa 9,8 milhões de novas linhas 4G após os esforços constantes da Companhia para mover usuários para a tecnologia LTE, na qual tem concentrado investimentos em cobertura e qualidade.

A penetração geral em smartphones chegou a 72% da base de clientes em Novembro/2016, um importante aumento de 0,46 p.p em comparação com 2015, como resultado da estratégia da Companhia de equipar seus clientes para estimular a penetração dos serviços de dados, especialmente em 4G. **O número de usuários únicos de dados chegou a 32,9 milhões de linhas em Novembro/16**. Esse é outro bom resultado da evolução constante no portfólio de ofertas da Companhia seguindo a abordagem 'mais para mais'. Como porcentual da base total, os usuários únicos de dados chegaram a 52% em Novembro/16.

6.3. Mercado de Banda Larga Fixa

2016 foi um ano notável para a TIM Live, com evolução sólida em todas as frentes comerciais: receitas, clientes, participação no mercado e cobertura. A companhia fechou 2016 com mais de 306 mil clientes (+32% no ano) adicionando mais de 74 mil novos clientes na base em 2016. O forte desempenho foi movido pela liderança de qualidade, reconhecida por numerosos prêmios e rankings.

TIM Live terminou 2016 com resultados financeiros sólidos e constantes em todos os trimestres, apoiando o crescimento de receitas de Serviços Fixo em 2016 devido à sua base de clientes de alto valor com ARPU resiliente.

TIM Live expandiu sua cobertura, chegando a mais de 2,1 milhões de domicílios endereçáveis em 2016, fechando o ano com aproximadamente 3 mil MSAN's instalados.

Relatório da Administração

7. Desempenho Financeiro

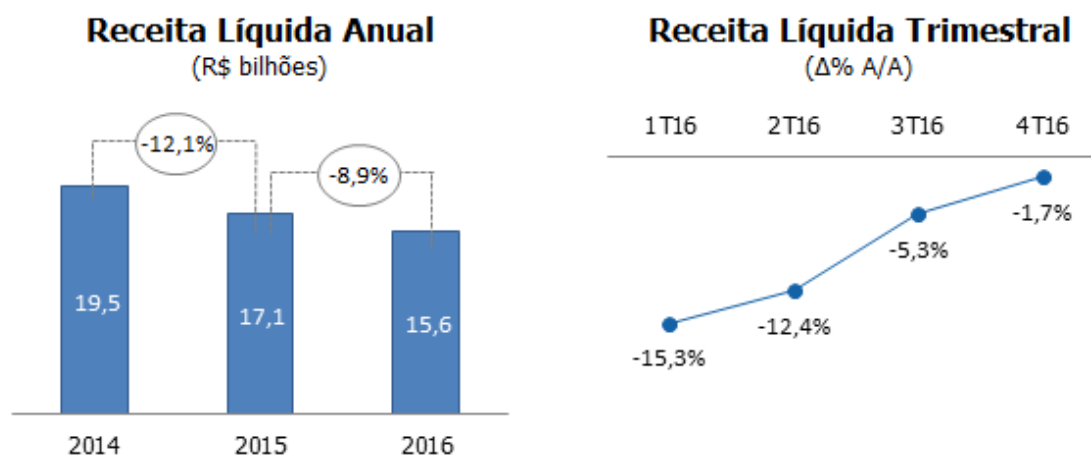
Para representar melhor desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua DRE, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requerido.

7.1. Receitas Operacionais

DESCRIÇÃO	2016	2015	% A/A
R\$ milhões			
Receita Bruta	22.746	25.771	-11,7%
Receita de Serviços	21.368	23.125	-7,6%
Receita de Produtos	1.378	2.647	-47,9%
Impostos e descontos	(7.128)	(8.629)	-17,4%
Impostos e descontos s/ receita de serviços	(6.648)	(7.737)	-14,1%
Impostos e descontos s/ venda de produtos	(481)	(892)	-46,1%
Receita Líquida	15.617	17.142	-8,9%
Receita de Serviços	14.720	15.387	-4,3%
Serviços Móveis	13.968	14.727	-5,1%
Assinatura e Utilização	4.891	5.595	-12,6%
SVA - Serviços de valor agregado	6.250	5.530	13,0%
dos quais Rec. Serv. Móveis Inovativos	5.642	4.683	20,5%
Longa Distância	1.416	1.814	-22,0%
Interconexão	1.061	1.522	-30,3%
Outras Receitas	350	266	31,6%
Serviços Fixos	752	660	13,8%
Receita de Produtos	897	1.755	-48,9%

As Receitas Líquidas totalizaram R\$15.617 milhões em 2016 ou -8,9% A/A, confirmando a tendência de recuperação de -12,1% em 2015. A redução rápida dos serviços de voz, as condições macroeconômicas difíceis e também o impacto dos cortes na tarifa de terminação móvel (VU-M) são as principais causas do desempenho negativo nas receitas. **Contudo, durante 2016, o caminho para a recuperação foi aberto, partindo de -15,3% em 1T16 para -1,7% A/A no 4T16,** como consequência da menor pressão para serviços tradicionais e receita de aparelhos, enquanto a receita SVA manteve seu crescimento sólido.

Relatório da Administração



O detalhamento da Receita Líquida e outros destaques são apresentados a seguir:

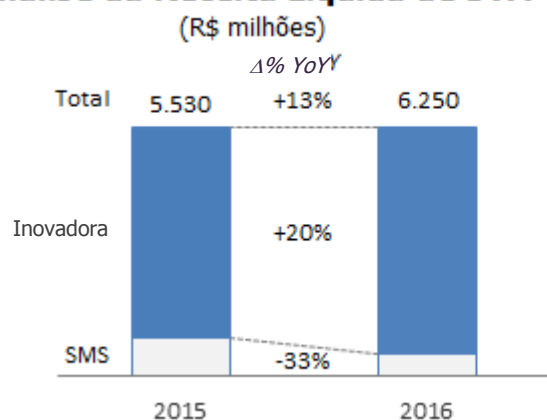
As Receitas de Serviços somaram R\$14.720 milhões em 2016, queda de 4,3% A/A, mas apresentando melhora já que o ritmo do declínio desacelerou em comparação com -5,7% A/A em 2015. A mesma tendência é observada nas Receitas de Serviços Móveis (RSM) que terminaram 2016 em R\$13.968 milhões no ano e -5,1% A/A (versus -6,5% no ano em 2015) consolidando um caminho para a recuperação durante o ano.

As Receitas de Assinatura e Utilização terminaram 2016 com queda de 12,6% A/A, chegando a R\$4.891 milhões. Durante o ano, a linha foi afetada pela migração de voz para uso de dados. Esta linha de receita mudará continuamente sua dinâmica conforme a TIM introduz ofertas com pacotes maiores (voz+dados). **O MOU (minutos de uso) atingiu 117 minutos para o exercício de 2016, representando uma pequena queda em comparação com 119 minutos em 2015.**

As Receitas de Serviços de Valor Agregado (SVA) cresceram 13,0% A/A em 2016, mantendo o ritmo sólido e representando 44,7% da RSM. Receitas Inovativas (serviços de conectividade + conteúdo & outros SVA) cresceram 20,5% A/A em 2016 e continuam a ser o principal vetor da melhoria da Receita. A companhia espera que esta linha de receita volte a acelerar nos próximos trimestres conforme ofertas combinadas (voz + dados) aumentarem sua penetração na base de clientes.

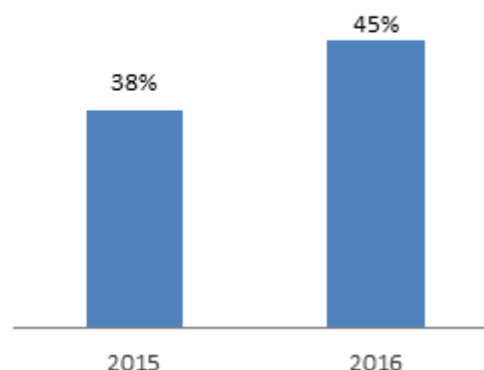
Relatório da Administração

Análise da Receita Líquida de SVA



SVA sobre a Receita Líquida

% sobre a receita de serviços móveis



Com a expansão da franquia de dados dos clientes, o BOU (bytes de uso) cresceu 38,2% em 2016 em comparação com 2015, devido ao esforço da companhia de levar os clientes para a tecnologia 4G e aumentar a penetração de smartphones para promover o crescimento de receitas inovadoras.

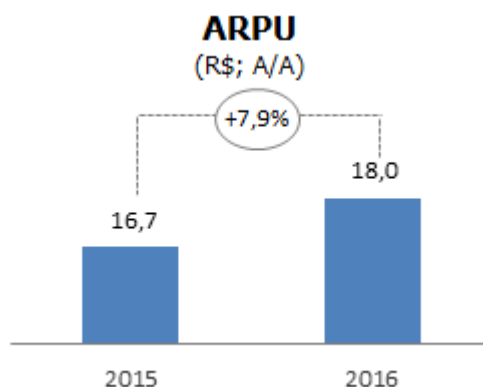
Serviços de Longa Distância (LD) continuam a ser a linha de receita tradicional mais afetada, devido à migração de voz para dados. **A Receita de LD terminou 2016 com queda de 22% A/A**, uma vez que processo de comoditização dos serviços de LD está se acelerando e afetou o desempenho da receita em 2016.

A Receita de Interconexão caiu aproximadamente R\$460 milhões ou -30% A/A em 2016, após uma redução da Tarifa de Terminação Móvel (VU-M). Contudo, a incidência de **VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu o menor nível, 6,2% em 2016**, como consequência do corte desta tarifa. Excluindo-se os efeitos do corte da VU-M, **a Receita de Serviços Móveis teria caído 1,7%, para R\$14.484 milhões, ao invés de uma redução de 5,1%.**

Outras Receitas Móveis aumentaram 31,6% A/A. Essa foi uma tendência em andamento durante o ano e foi promovida principalmente por um aumento da receita de compartilhamento de redes.

O ARPU (Receita Média Mensal por Usuário) fechou 2016 em R\$18, um sólido aumento de 7,9% no ano, atingindo seu valor mais alto desde 2013. O novo portfólio continua a trazer a clientes de maior valor em todos os segmentos (pré-pago, controle e pós-pago). Confirmando SVA como um condutor da melhora nas receitas, **o ARPU de Serviços de Valor Agregado, mais uma vez, atingiu sólido crescimento de 27,7% A/A em 2016.**

Relatório da Administração



A Receita Líquida de Serviços cresceu 13,8% A/A. O resultado do ano confirma a resiliência das operações fixas da TIM. Mesmo com um ambiente macroeconômico difícil, os serviços fixos da TIM Corporation Solutions permaneceram em um bom caminho, com TIM Live tendo outro ano sólido, acelerando o crescimento da receita em comparação com 2015.

A Receita Líquida de Produtos caiu 48,9% A/A. refletindo a redução do volume de aparelhos. Apesar de toda a dificuldade macroeconômica e a volatilidade do câmbio, a penetração em smartphones continuou aumentando e chegou a 72,3% (contra 67,6% em 2015) da base total em Nov/2016. A recuperação prevista da economia brasileira pode criar um efeito positivo no negócio de aparelhos em 2017.

Relatório da Administração

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2016	2015	% A/A
R\$ milhões			
Custos Normalizados¹ da Operação	(10.387)	(11.740)	-11,5%
Custo de pessoal	(949)	(1.044)	-9,1%
Comercialização	(3.597)	(3.743)	-3,9%
Rede e interconexão	(3.774)	(3.823)	-1,3%
Gerais e administrativos	(532)	(611)	-12,9%
Custo de mercadorias vendidas	(976)	(1.857)	-47,4%
Provisão para devedores duvidosos	(266)	(230)	15,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	(293)	(432)	-32,1%
Custos Normalizados¹ da Operação Ex-CMV	(9.411)	(9.883)	-4,8%
Custos Reportados da Operação	(10.408)	(10.529)	-1,1%

¹ Normalizado pela venda de torres (-R\$44 milhões em 2016 e -R\$1.211 milhões em 2015) e custos temporários de RH e G&A (+R\$65 milhões em 2016)

Os esforços ininterruptos dentro do escopo do Plano de Eficiência da TIM atingiram resultados expressivos em 2016, reduzindo o **Opex Normalizado Total em 11,5% A/A**, apesar das pressões negativas advindas do maior foco no pós-pago e do aumento no tráfego off-net. Excluindo Custos de Mercadorias Vendidas, o Opex Normalizado atingiu R\$9.411 milhões em 2016, uma queda relevante de 4,8% A/A.

Uma análise do detalhamento das despesas operacionais do ano está apresentada abaixo:

Ao longo de 2016, a linha de Despesas de Pessoal foi conduzida principalmente pelo pilar de redimensionamento sob o Plano de Eficiência da Companhia. Essa iniciativa levou a uma redução de ~3.200 pessoas (-24,5% A/A) da nossa força de trabalho, que totaliza 9.863 pessoas no fim de 2016. Mais da metade deste número (~1,800) pode ser atribuído aos dois centros atendimento terceirizado em Curitiba (PR) e Recife (PE) no 3T16.

Normalizando os efeitos, tais como indenizações e outros benefícios pagos nas demissões de 2016 (R\$33 milhões no 1T16 e R\$23 milhões no 3T16), **as Despesas de Pessoal Normalizadas apresentaram queda de -9,1% A/A, em 2016.**

Os Custos de Comercialização caíram 3,9% A/A. Apesar da atualização no novo portfólio de ofertas e de um aumento sólido nas adições brutas do pós-pago no ano (+12%), a TIM conseguiu uma economia significativa nas despesas de publicidade e comissionamento, como resultado dos esforços de seu Plano de Eficiência ao longo do ano.

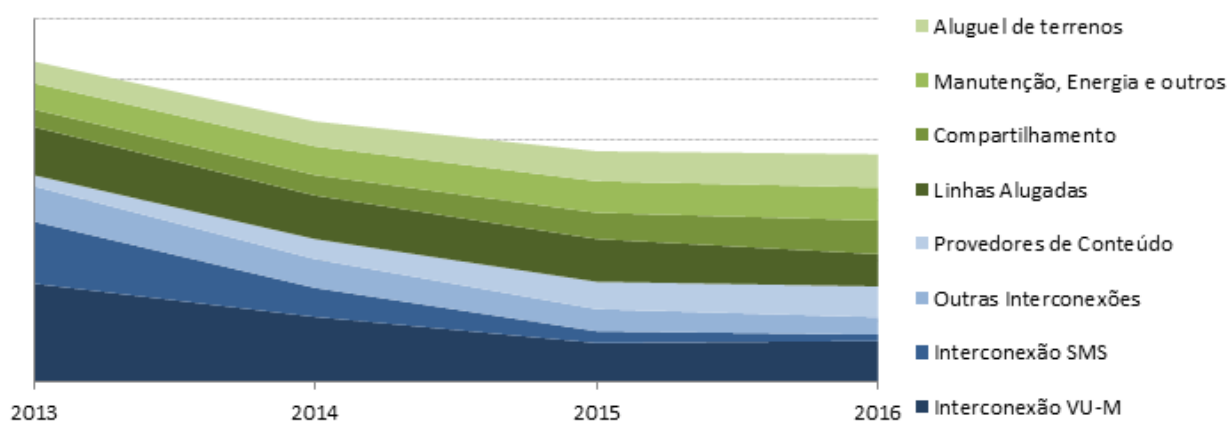
Em 2016, os custos de Rede e Interconexão caíram 1,3%A/A, sendo influenciados principalmente por uma queda na interconexão total (ITX), e ajudados por ganhos de eficiência em custos relacionados à rede além do ajuste tarifário de EILD em conformidade com a resolução 639 da Anatel. Mais detalhes sobre o desempenho dessa linha seguem abaixo:

Relatório da Administração

- Apesar da contínua eficiência nas despesas com linhas alugadas, os custos relacionados à Rede cresceram 1,3% A/A, devido principalmente aos custos de compartilhamento de rede, que aceleraram junto com a mesma linha de receita. Os custos de rede são compostos pelas áreas verdes no gráfico abaixo.
- Os custos de interconexão (ITX) caíram 4,7% A/A, como resultado da deterioração contínua do negócio de SMS e da redução dos custos com outros tipos de ITX (ex: TU-RL). Tais efeitos mais do que compensaram o aumento no tráfego off-net (relacionado à VU-M) – como consequência do portfólio lançado em Nov/15 – e custos mais elevados relacionados a provedores de conteúdo (Serviços de Valor Agregado), o que segue a expansão dos serviços de dados. Os custos de interconexão são compostos pelas áreas azuis no gráfico abaixo.

Evolução dos Custos de Rede & Interconexão

(R\$ milhões)



No ano, as despesas Gerais e Administrativas (G&A) Normalizadas apresentaram sólida redução de 12,9% A/A (excluindo custos de transformação), promovida principalmente por uma redução dos serviços de consultoria – uma área chave dos esforços do Plano de Eficiência da Companhia – com economias significativas em todos os principais subitens que compõem essa linha.

Em 2016, Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) apresentou queda de 47,4% em comparação com 2015, ainda muito afetado pela alteração na estratégia do negócios de aparelhos e um ambiente macroeconômico mais desafiador. O número de telefones vendidos somou 1,28 milhão, uma redução sólida de 73% A/A.

Um ambiente macroeconômico mais difícil e maior foco em clientes pós-pago levaram as Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) a crescer 15,7% A/A. No entanto, a TIM tem conseguido manter um nível saudável **de PDD como um percentual da Receita Bruta em 1,2% em 2016** (contra 0,9% em 2015).

Relatório da Administração

Em 2016, Outras Despesas Operacionais Normalizadas apresentaram queda de 32,1% A/A (excluindo os efeitos da venda de torres de R\$44 milhões, sendo R\$37 milhões no 2T16 e R\$7 milhões no 4T16) somando R\$293 milhões.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = concessão + comissionamento + despesas publicitárias totais) chegaram a R\$29,0 por adição bruta em 2016, uma redução de 4,8% A/A, como resultado de iniciativas de eficiência nas despesas de comissionamento e publicidade, apesar de um aumento nas adições brutas de clientes pós-pagos, em comparação com o ano passado (+11,6% A/A).

Conseqüentemente, a relação SAC/ARPU (indicando o retorno por cliente) foi 1,6 meses em 2016, ligeiramente menor que em 2015 (1,8x).

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO		2016	2015	% A/A
R\$ milhões				
Normalizado ¹	EBITDA	5.230	5.402	-3,2%
	Margem EBITDA	33,5%	31,5%	2,0pp
	Depreciação & Amortização	(3.785)	(3.362)	12,6%
	Depreciação	(2.084)	(1.851)	12,6%
	Amortização	(1.701)	(1.511)	12,6%
	EBIT	1.445	2.040	-29,2%
	Margem EBIT	9,3%	11,9%	-2,7pp
	Resultado Financeiro Líquido	(411)	(250)	64,1%
	Despesas financeiras	(1.156)	(1.116)	3,7%
	Receitas financeiras	750	863	-13,0%
	Variações cambiais, líquidas	(5)	2	n.a.
	Lucro antes dos impostos	1.034	1.790	-42,2%
	Imposto de renda e cont. social	(283)	(543)	-47,8%
	Lucro Líquido	750	1.247	-39,8%
Reportado	EBITDA	5.209	6.613	-21,2%
	Margem EBITDA	33,4%	38,6%	-5,2pp
	Depreciação & Amortização	(3.785)	(3.362)	12,6%
	EBIT	1.424	3.251	-56,2%
	Resultado Financeiro Líquido	(411)	(250)	64,1%
	Lucro antes dos impostos	1.013	3.001	-66,2%
	Imposto de renda e cont. social	(263)	(916)	-71,3%
	Lucro Líquido	750	2.085	-64,0%

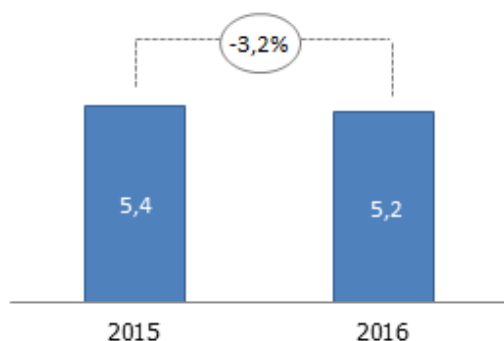
¹ Normalizado pela venda de torres (-R\$44 milhões em 2016 e -R\$1.211 milhões em 2015) e custos temporários de RH e G&A (+R\$65 milhões em 2016)

EBITDA

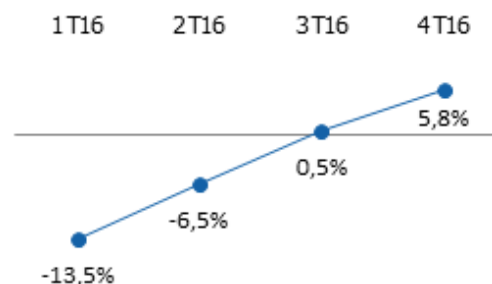
Relatório da Administração

O EBITDA Normalizado (excluindo impactos da venda de torres em 2016 e 2015 e outros efeitos em 2016) auferiu R\$5.230 milhões, uma redução de 3,2% versus 2015, uma melhoria importante considerando o desempenho negativo no início do ano.

EBITDA Normalizado Anual
(R\$ bilhões)



EBITDA Normalizado Trimestral
(Δ% A/A)



O desempenho do EBITDA 2016 é explicado por (i) gradual, mas consistente aprimoramento nas tendências de receita líquida de serviços, com sólido ritmo dos serviços móveis inovativos, (ii) melhores margens de aparelhos (Receita de Produtos – CMV), (iii) foco contínuo em iniciativas de eficiência em todas as áreas da Companhia (redimensionamento, serviços terceirizados, rede, comissionamento e publicidade, etc.). Todavia, a TIM ainda sofre os efeitos do declínio de receitas móveis tradicionais e da menor entrada de receitas.

O descrito acima, junto com uma participação mais destacada da receita de dados, está **aumentando anualmente a margem do EBITDA Normalizado, chegando a 33,5% em 2016**, um sólido aumento de 1,97 p.p. em comparação a 2015.

A incidência de VU-M no EBITDA Normalizado caiu mais uma vez, chegando ao seu nível mais baixo, ~4% em 2016. Se excluirmos os efeitos do corte de VU-M, o EBITDA normalizado teria caído 0,7% no ano, ao invés de 3,2%.

D&A / EBIT

Depreciação e Amortização apresentaram aumento de 12,6% em 2016. Esse desempenho é explicado pela maior depreciação dos equipamentos de rede e maior amortização de software. Essa tendência segue nossa intensificação da implantação de Capex em anos anteriores. Por conseguinte, **o EBIT Normalizado chegou a R\$1.445 em 2016**, comparado com R\$2.040 milhões em 2015.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Em 2016, o Resultado Financeiro Líquido teve desempenho negativo de R\$411 milhões, maior que os -R\$250 milhões em 2015, principalmente devido ao aumento de despesas

Relatório da Administração

financeiras que foram afetadas pelo *leaseback* após a venda de torres e por uma redução da receita financeira, devido ao fraco desempenho do fundo cambial (destinado a seguir a variação do dólar e cobrir a exposição do Opex e do Capex ao dólar), parcialmente compensado por um efeito positivo de marcação a mercado.

Relatório da Administração

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Considerando 2016, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Normalizados somaram R\$283 milhões, uma forte redução contra R\$543 milhões em 2015. Esse desempenho ocorreu principalmente devido a uma queda efetiva da base fiscal, causada pelo aumento dos incentivos fiscais regionais (SUDAM/SUDENE), o que levou a uma taxa fiscal efetiva de 27,4%.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido Normalizado somou R\$750 milhões (contra R\$ 1.247 milhões em 2015). O Lucro por Ação Normalizado chegou a R\$0,31 em 2016 (contra R\$0,51 em 2015).

7.4. CAPEX

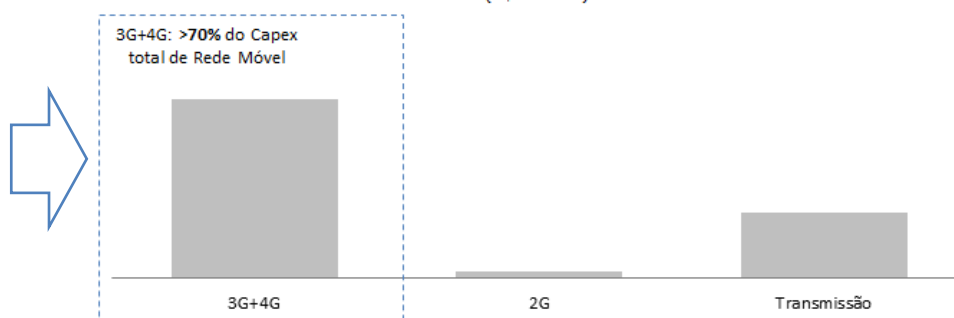
Para o ano de 2016, o Capex somou R\$4.502 milhões, uma redução de 5,5% em comparação com 2015, o que é explicado pelas negociações com fornecedores e pela otimização de projetos.

O ciclo do Capex chegou ao ponto máximo em 2015 e começou a cair de nível com resultados fortes sendo confirmados: (i) liderança em cobertura 4G por exemplo (mais de 1.200 cidades cobertas no final de 2016), usando *refarming* de espectro e *carrier aggregation*; (ii) evolução da cobertura 3G e (iii) expansão de rede de fibra.

Mais detalhes dos investimentos esperados para 2017-2019 serão fornecidos na apresentação do novo Plano Industrial em 6 de Fevereiro.

Distribuição do Capex de Rede Móvel em 2016
(R\$ milhões)

R\$4,5 bilhões
em 2016
85% para
infraestrutura



7.5. Dívida e Caixa

A Dívida Bruta chegou a R\$8.329 milhões no fim de dezembro/2016, incluindo (i) o reconhecimento de leasing no valor total de R\$1.597 milhões (referente ao *leaseback* de torres, projeto LT AMAZONAS e outros leasings financeiros); e (ii) a posição de hedge no montante de R\$135 milhões (reduzindo dívida bruta). A dívida bruta no fim de dezembro apresentou uma redução moderada em comparação com R\$8.432 milhões no mesmo período do ano anterior.

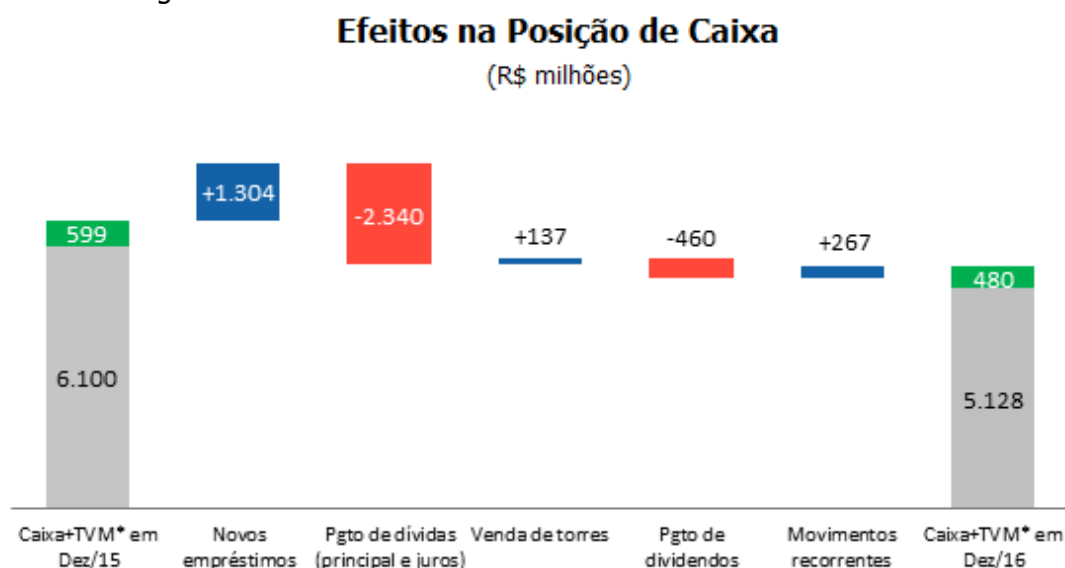
Relatório da Administração

A dívida da Companhia está concentrada em contratos de longo prazo (86% do total), compostos principalmente por financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do BEI (Banco Europeu de Investimentos), bem como empréstimos de outras instituições financeiras de primeira linha.

Aproximadamente 19% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (USD) e 100% protegida por *hedge* em moeda local. O custo médio com dívidas em 2016 excluindo o leasing foi 12,50% em comparação com 11,69% em 2015.

A posição de caixa totalizou R\$5.608 milhões no final de dezembro/2016, uma queda em comparação com R\$6.700 milhões em dezembro/2015. O rendimento médio do caixa sem o fundo cambial foi de 14,22% em 2016 (comparado com 14,33% em 2015).

Os principais movimentos que afetaram o caixa e os títulos durante os últimos 12 meses são demonstrados a seguir:



*Títulos de Valores Mobiliários: Fundo Cambial

A Companhia possui um fundo de investimento em moeda estrangeira de R\$480,0 milhões, formado basicamente por títulos públicos de alta liquidez. O investimento destina-se a reduzir o risco cambial sobre os pagamentos feitos em moeda estrangeira a fornecedores.

A relação Dívida Líquida/EBITDA alcançou 0,52x no final de 2016 comparado a 0,32x em 2015. Devido aos pagamentos ilustrados no gráfico acima, a dívida líquida aumentou para R\$2.721 milhões ao final de dezembro/16, em comparação com R\$1.733 milhões no mesmo período do ano anterior.

Relatório da Administração

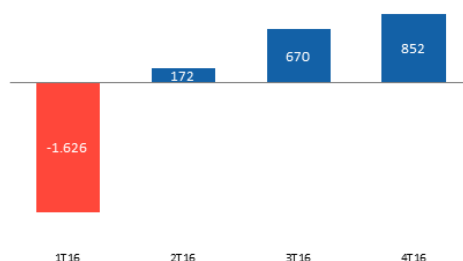
7.6. Fluxo de caixa Livre

DESCRIÇÃO		2016	2015	% A/A
R\$ milhões				
Reportado	EBIT	1.424	3.251	-56,2%
	Depreciação e amortização	3.785	3.362	12,6%
	Adições ao ativo permanente	(4.502)	(4.764)	-5,5%
	Variações nos ativos e passivos operacionais	(1.117)	(2.156)	-48,2%
	Imposto de renda e contribuição social pagos	(199)	(222)	-10,5%
	Outras movimentações	621	(604)	n.a.
	Fluxo de Caixa Operacional	12	(1.134)	n.a.
	Caixa na venda de ativos	134	2.498	-94,6%
	Outras atividades de investimento	597	89	568,2%
	Fluxo de caixa de atividades de investimento	731	2.588	-71,8%
	Dividendos pagos	(460)	(360)	27,7%
	Juros pagos	(574)	(456)	25,8%
	Outras movimentações em atividades de financiamento	(681)	230	n.a.
	Fluxo de caixa de atividades de financiamento	(1.715)	(587)	192,3%
	Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(972)	867	n.a.
Reportado ao Normalizado	Fluxo de Caixa Operacional Reportado	12	(1.134)	n.a.
	Efeitos da venda de torres	4	392	-99,0%
	Efeitos no custo de pessoal	52	-	n.a.
	Fluxo de Caixa Operacional Normalizado¹	68	(742)	n.a.
	Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa Reportado	(972)	867	n.a.
	Efeitos da venda de torres	(130)	(2.106)	-93,8%
	Efeitos no custo de pessoal	52	-	n.a.
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa Normalizado¹	(1.050)	(1.239)	-15,3%	

¹ Normalizado pela venda de torres (-R\$44 milhões em 2016 e -R\$1.211 milhões em 2015) e custos temporários de RH e G&A (+R\$65 milhões em 2016)

O Fluxo de Caixa Livre Normalizado somou R\$68 milhões, uma importante recuperação comparada aos -R\$742 milhões em 2015. Este desempenho é principalmente explicado por investimentos menores e um impacto positivo do aumento do capital de giro, devido a uma redução no contas a pagar a fornecedores após reestruturação do negócio de aparelhos iniciado em 2015.

Fluxo de Caixa Livre Normalizado Trimestral em 2016
(R\$ milhões)



Relatório da Administração

7.6. Impactos de Vendas de Torres

Em 2016, a TIM concluiu dois fechamentos adicionais sob o contrato de Venda de Torres assinado em novembro de 2014 com a American Tower do Brasil (ATC), que compreendeu a venda total de 6.481 torres por aproximadamente R\$3 bilhões em dinheiro.

- Primeiro fechamento: Em 29 de abril de 2015, a TIM transferiu 4.176 torres para a ATC e recebeu aproximadamente ~R\$1,9 bilhões.
- Segundo fechamento: Em 30 de setembro de 2015, a TIM transferiu 1.125 torres para a ATC e recebeu aproximadamente ~R\$517 milhões.
- Terceiro fechamento: Em 16 de dezembro de 2015, a TIM transferiu 182 torres para a ATC e recebeu aproximadamente ~R\$84 milhões.
- Quarto fechamento: Em 9 de junho de 2016, a TIM transferiu 270 torres para a ATC e recebeu aproximadamente ~R\$109 milhões.
- Quinto fechamento: Em 20 de dezembro de 2016, a TIM transferiu 66 torres para a ATC e recebeu aproximadamente ~R\$27 milhões.

Totalizando 5.819 torres, por um preço de compra de R\$2.637 milhões.

O contrato *master de leasing* (MLA) define o *leaseback* das torres transferidas por um período de 20 anos. De acordo com a IAS17, essa operação deve ser contabilizada como (1) venda e (2) *leaseback* e após as suas exigências, o *leaseback* é registrado como leasing financeiro.

A reconciliação dos impactos nas Demonstrações Financeiras e as notas relacionadas para maiores detalhes relativos aos fechamentos poderão ser encontradas na Nota nº 1.b das Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração

8. Responsabilidade Social

Nossas políticas de responsabilidade social e ambiental orientam as ações e iniciativas da empresa e baseiam-se nos princípios do Pacto Global da ONU, um acordo voluntário do qual a TIM é signatária desde 2008. Através desse acordo, as empresas em todo o mundo estão empenhadas em garantir o cumprimento dos dez princípios relativos aos direitos humanos, condições de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

A Companhia está ciente dos potenciais impactos negativos do seu segmento de negócio, tais como os resíduos sólidos oriundos da troca de aparelhos e emissões eletromagnéticas das Estações Rádio-Base (ERB). No entanto, a estratégia da TIM nos últimos anos também tem gerado subprodutos positivos nesse sentido, como os acordos de *RAN Sharing* entre (1) TIM e Oi, aprovado pela Anatel em 2013, envolvendo rede 4G para acelerar a implantação da banda larga móvel, (2) TIM, Oi e Vivo, fechado no final de 2015, para a implementação e prestação de serviços de telefonia e banda larga com uso da tecnologia 4G na frequência de 2,5 GHz, para os anos de 2015, 2016 e 2017 e também o acordo de *RAN Sharing* entre (3) TIM e VIVO, aprovado pela ANATEL em 2016, para serviço rural. Essas e outras iniciativas em curso tem impacto urbano positivo, pois implica na redução do número de novas estações, minimizando os inconvenientes para a população. Além disso, o desenvolvimento de tecnologia e equipamento gera uma otimização da utilização de energia, reduzindo o impacto ambiental, como resultado da busca por maior eficiência e racionalidade no uso dos recursos.

Os Biosites são estruturas que permitem uma cobertura específica e aumento da eficiência na utilização de energia e espaço, empregando em sua estrutura de fixação muito menos aço do que a estrutura tradicional da estação rádio-base. Ao final de 2016, a TIM tinha 307 Biosites ativados, um aumento de 284% em comparação com o final de 2015. Com uma redução significativa no impacto visual, os Biosites ajudam a harmonizar com o ambiente e a infraestrutura urbana. Sua multifuncionalidade contribui além da transmissão de telecomunicações, auxiliando também na iluminação e segurança através de câmeras de vigilância.

Com o objetivo de conhecer e dar transparência às emissões de gases que impactam o meio ambiente, a TIM desenvolve o inventário de gases de efeito estufa (GEE) de acordo com a metodologia do Protocolo GHG. Esse inventário é verificado por um terceiro independente, acrescentando credibilidade aos nossos resultados finais. A Companhia também lançou sua Política de Mudanças Climáticas, que estabelece diretrizes de desempenho corporativo quanto à gestão das suas emissões de GEE.

Tais iniciativas, a nosso ver, também fazem parte de uma gestão focada no desenvolvimento sustentável. O reconhecimento por esse trabalho e outras melhorias de governança corporativa culminou na inclusão da Companhia pelo nono ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&F Bovespa.

Relatório da Administração

A TIM busca mais e mais melhorias com relação à gestão ambiental. Em 2012, a empresa ampliou a certificação ambiental ISO 14001 para os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, nas atividades de "Gerenciamento e Operações na Rede da TIM Celular", considerando prédios administrativos, prédios industriais e as ERBs. A TIM foi a primeira operadora móvel no Brasil a receber esta certificação².

Nos anos seguintes, incluindo 2016, a TIM continuou a estruturar seus aspectos ambientais e de saúde ocupacional e segurança através da expansão do Sistema de Gestão Ambiental (conforme a norma ISO 14001) e da implementação do Sistema de Gestão de Saúde Ocupacional e Segurança (conforme a norma OHSAS 18001).

A empresa oferece a seus colaboradores oportunidades educacionais para o desenvolvimento sustentável. Além dos cursos de Sustentabilidade, Política Ambiental e Sistema de Gestão Ambiental, em 2016, a TIM também promoveu treinamentos de atualização nas normas ISO 9001 e 14001, que contribuem para a melhoria do Sistema de Gestão.

Em 2016, o programa de combate à corrupção, que aplica práticas globais antissuborno a todos aqueles que têm relações comerciais com a Companhia, proibindo a oferta, pagamento, solicitação ou aceitação de vantagens de qualquer natureza e também orienta seus destinatários sobre como agir nessas situações, prosseguiu através de várias ações, como: Análise de processos sensíveis à Política de Combate à Corrupção; Identificação de riscos; Ações de melhoria; Atualização e criação de regulamentos; *Workshops*; Relatório de atividades em conformidade com relação ao Programa Anticorrupção para o Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Controle e Risco e Conselho de Administração.

A TIM reconhece que as empresas têm um papel importante a desempenhar quando se trata de educação pública e bem-estar coletivo no Brasil. Portanto, em 2013, o Instituto TIM foi fundado com a missão de prover recursos e estratégias para a democratização da ciência, tecnologia e inovação que promova o desenvolvimento humano (<http://institutotim.org.br/>).

A Companhia também tem uma Política de Investimento Social Privado, a qual define as diretrizes estratégicas para o Investimento Social Privado no Grupo TIM e no Instituto TIM, garantindo que haja planejamento, solidez e transparência nas transferências de recursos para projetos sociais do Grupo. A política também estabelece critérios para Investimento Social Privado (ISP), por meio de princípios estratégicos do Instituto TIM, bem como os papéis e responsabilidades das funções envolvidas em processos ligados a ISP.

Entre os principais projetos do Instituto TIM está o "Círculo da Matemática do Brasil", que tem como objetivo desenvolver as habilidades matemáticas de crianças que estudam em escolas públicas localizadas em áreas pobres. Em 2016, 5.774 alunos de 59 escolas públicas participaram

² Site de pesquisa do INMETRO e site das Operadoras de Telefonia

Relatório da Administração

de 12.804 aulas em 12 municípios. As sessões do "Círculo da Matemática do Brasil" foram realizadas para 2.110 professores e coordenadores de escolas públicas de 20 municípios.

Outro projeto importante é o "TIM Faz Ciência", que oferece materiais educativos para professores de escolas públicas, a fim de ajudar os alunos a compreender e utilizar as operações mentais para produzir conhecimento científico (definir, classificar, perguntar, generalizar, aplicar, verificar e observar). Em 2016, 4.764 professores se inscreveram para receber materiais didáticos e deram aulas para 136.764 alunos em 115 cidades em todo o Brasil.

Além disso, o Instituto TIM criou uma iniciativa tecnológica denominada "TIM Tec" - uma plataforma MOOC que oferece cursos online de graça, alinhados com o currículo dos Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (PRONATEC). Até dezembro de 2016, 25 cursos foram publicados na plataforma (mooc.timtec.com.br). No fim do ano, o TIM Tec foi reconhecido como uma das melhores iniciativas privadas do país a contribuir para o uso de novas tecnologias em ambientes educativos, aprendizagem e ensino a distância (Prêmio ARede Educa 2016).

O compromisso do Instituto TIM para promover o desenvolvimento humano no Brasil através da democratização da ciência, tecnologia e inovação é bem expressa pelo desenvolvimento de *softwares* de soluções grátis, como o ZUP (Zeladoria Urbana Participativa) - um sistema que incentiva os cidadãos a colaborarem com a governança da cidade - e o "Mapas Culturais" - uma ferramenta de mapeamento de iniciativas culturais que contribui para melhorar a gestão cultural dos territórios urbanos.

Esses ZUPs foram instalados nas cidades de São Bernardo do Campo (SP), Boa Vista (RR) e Rio de Janeiro (RJ). Em Junho de 2016, a plataforma de ZUP no Rio de Janeiro foi expandida e adaptada para a gestão de megaeventos e também começou a ser usada pelos agentes do Centro de Operações Rio (COR). As equipes COR são enviadas para as regiões onde os eventos ocorrem, de acordo com o fluxo de espectadores, para monitorar os locais e reportar incidentes. O primeiro uso da nova plataforma ocorreu durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

São Paulo foi a primeira cidade a adotar o "Mapas Culturais", a plataforma também é chamada de "SP Cultura". Esta plataforma também foi implementada em cinco outros municípios e dois estados. Em 2015 o Instituto TIM iniciou uma parceria com o Ministério da Cultura e o "Mapas Culturais" começou a ser usado como a solução tecnológica livre por trás do novo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). De 2013 a 2016, mais de 20 cidades ou estados instalaram este *software* como sua plataforma oficial de gestão colaborativa da Cultura.

Desde 2013, as iniciativas do Instituto TIM atingiram 700.000 pessoas em mais de 300 municípios no Brasil.

Relatório da Administração

Nossas iniciativas de investimentos sociais incluem doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 2016, investimos aproximadamente R\$20 milhões em benefícios sociais, conforme a tabela abaixo:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

ESG

Relatório da Administração

Investimento Social Privado 2016 (R\$'000)	
Doações	487
Projetos do Instituto TIM¹	18.199
Educação	9.358
Aplicações	2.904
Trabalho	2.156
Inclusão	1.557
Outros	2.224
Iniciativas na Comunidade²	1.278
Patrocínios esportivos	80
Patrocínios culturais	698
Outros	500
Total	19.964

¹ Aproximadamente 17 milhões de reais foram investidos como contribuição social obrigatória para o crédito concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico Brasileiro (BNDES) à TIM Celular.

² Incentivos Fiscais estão inclusos no montante total investido naquela categoria e contabilizaram 48% do investimento em Iniciativas na Comunidade.

Relatório da Administração

9. Governança Corporativa

9.1. Única Companhia de Telecom no Novo Mercado

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao “Novo Mercado”, que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, aumentaram o potencial de atração de novos investidores e de liquidez das ações da TIM Participações. Além disso, todas as ações de emissão da Companhia passaram a fazer parte do programa da Companhia de *American Depositary Receipts*.

A adesão ao Novo Mercado potencializa uma maior liquidez e valorização das ações da Companhia, permite um acesso mais amplo aos mercados internacionais, promove o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM Participações pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da BM&FBOVESPA e também do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais.

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM Participações é uma sociedade por ações, de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva e, ainda, supervisionada por um Conselho Fiscal e por um Comitê de Auditoria Estatutário.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii)

Relatório da Administração

excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação

A TIM Participações adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

Em 2014 a Companhia atualizou sua Política de Divulgação para incluir a opção estabelecida pela Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação que exerce a administração superior da Companhia, sendo composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é formado por 10 (dez) membros, sendo três independentes.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, que são publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Executiva, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não terão direito de voto.

O Conselho de Administração tem ainda 2 (dois) comitês de assessoramento, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Controle e Riscos, com função de oferecer recomendações e compostos apenas por membros do Conselho. O Conselho de Administração tem ainda um órgão vinculado, o Comitê de Auditoria Estatutário.

9.5. Diretoria Executiva

Relatório da Administração

A Diretoria Executiva é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Atualmente, a Diretoria Executiva da Companhia é composta por 8 (oito) membros.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia. Atualmente o Conselho Fiscal da Companhia é composto por 3 (três) membros.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, compostos por pelo menos 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, que tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes Oxley Act*, à qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission – SEC*. Em 2016 o CAE se reuniu 21 (vinte e uma) vezes ao longo do ano no exercício de suas funções.

Com base em nossos dados, o Conselho Administrativo da Defesa Econômica – CADE julgou que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutária analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório do auditor independente e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2016"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Executiva da Companhia e pela auditoria externa da BDO RCS Auditores Independentes, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2016, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem

Relatório da Administração

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos da Companhia é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por até 05 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo que 02 (dois) membros deverão ser obrigatoriamente independentes. Ao longo de 2016 este comitê se reuniu 12 (doze) vezes com os seguintes objetivos:

- i. recomendar a adoção de medidas de controle interno pelo Conselho de Administração, estabelecendo a autoridade específica da Diretoria e seus limites, sujeito às disposições do Estatuto Social e também decidindo o apontamento de novas funções aos membros do Conselho de Administração;
- ii. monitorar o cumprimento e a atualização periódica das regras de Governança Corporativa;
- iii. sem prejuízo à competência do Conselho de Administração, recomendar procedimentos para melhor fiscalizar a gestão das Diretorias;
- iv. tomar conhecimento do plano de trabalho da auditoria interna revisado pelo Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, de acordo com o Estatuto Social;
- v. aprovar o plano de trabalho do departamento de compliance e monitorar a conformidade com o mesmo;
- vi. revisar e avaliar os relatórios periódicos emitidos de acordo com o controle interno e com o sistema de gestão de riscos pelo departamento de auditoria interna e pelo departamento de compliance e, em relação ao mesmo, solicitar que o departamento de auditoria interna revise áreas operacionais específicas ou que o departamento de compliance desenvolva novos procedimentos;
- vii. solicitar informações à Diretoria Executiva sobre processos ou questões específicas da Companhia e/ou de suas sociedades controladas, sempre que julgar apropriado;
- viii. supervisionar e monitorar problemas relacionados à responsabilidade social da Companhia, visando o próprio desenvolvimento sustentável e/ou de suas sociedades controladas e monitorar a conformidade da Companhia com os princípios estabelecidos em nosso Código de Ética e Conduta;
- ix. analisar outras matérias ligadas ao controle interno da Companhia, conforme solicitado pelo Conselho de Administração.

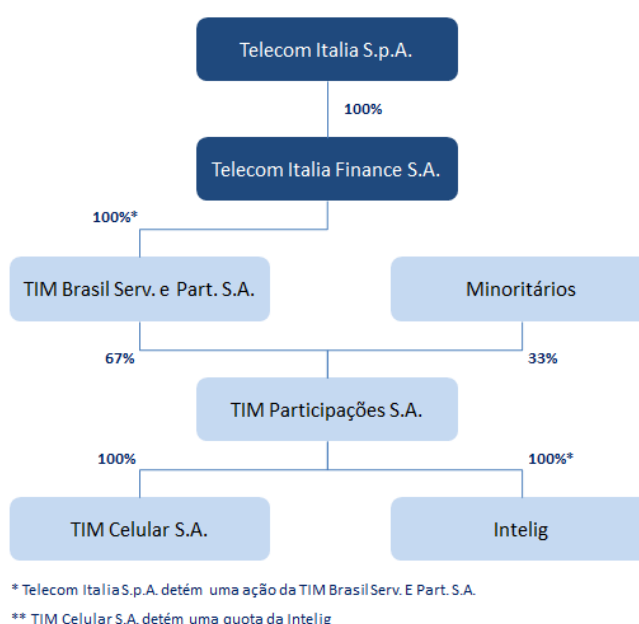
Relatório da Administração

9.9. Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração, composto por 3 (três) membros, é um órgão colegiado da Companhia, ligados diretamente ao Conselho de Administração, que é responsável pela nomeação e destituição dos membros do Comitê.

Ao longo de 2016, o Comitê se reuniu 4 (quatro) vezes com os seguintes objetivos (a) preparar propostas para o Conselho de Administração quanto à distribuição da remuneração anual geral aprovada pela Assembleia Geral Ordinária; (b) apresentar ao Conselho de Administração propostas para a remuneração dos diretores; (c) avaliar os critérios de compensação dos diretores da Companhia; (d) monitorar o desempenho das decisões tomadas pela administração e das políticas da Companhia relacionadas à compensação dos executivos; e (e) analisar outras questões relacionadas à compensação dos membros da Companhia, conforme solicitado pelo Conselho de Administração.

9.10. Estrutura Acionária



A Companhia encerrou 2016 com capital social no montante de R\$9.913.414.421,74, representado por 2.421.032.479 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detém o controle acionário da TIM Participações com 67% das ações.

9.11. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social da TIM Participações, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

Relatório da Administração

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

9.12. Lei Sarbanes-Oxley e Controles Internos sobre Relatório Financeiro

De acordo com a Seção 404 do Sarbanes-Oxley Act de 2002, a Administração deve avaliar a efetividade do controle interno da Companhia sobre o relatório financeiro no fim de cada exercício social.

A Administração é responsável por estabelecer e manter o controle interno adequado sob o relatório financeiro (conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act). Nosso sistema de controle interno foi criado para prover razoável garantia quanto à integridade e a confiabilidade das declarações financeiras publicadas, de acordo com os princípios contábeis usualmente aceitos.

Todos os sistemas de controle interno, mesmo se bem projetados, têm limites inerentes e podem prover garantia apenas razoável de que os objetivos do sistema de controle são atendidos.

Na criação desta avaliação, a Companhia usou os critérios estabelecidos pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (COSO) na "Estrutura de Controle Integrado Interno." Estes critérios estão nas áreas de ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informações, comunicação e monitoramento.

Um relatório conclusivo acerca da efetividade dos controles internos das demonstrações financeiras do ano fiscal de 2016 está previsto para ser emitido até o encerramento do primeiro trimestre de 2017 pela PricewaterhouseCoopers, empresa independente de auditoria.

A TIM Participações tem sido avaliada desde 2006, quando este requisito foi criado para empresas listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, uma demonstração de seu compromisso para com os mais altos níveis de governança corporativa.

9.13. Eventos Corporativos

No encerramento de 2016, a Companhia apresentou lucro líquido ajustado de R\$595 milhões, sendo devida a distribuição de 25%, nas condições de seu estatuto. O valor dos dividendos propostos para distribuição será de R\$149 milhões, o que representa R\$0,0614 por ação ordinária e R\$0,3071 por ADR (1 ON = 5 ADR). A alocação proposta do resultado será apresentada ao Conselho de Administração e ainda submetida a aprovação na Assembleia Geral Ordinária, agendada para Abril de 2017.

Relatório da Administração

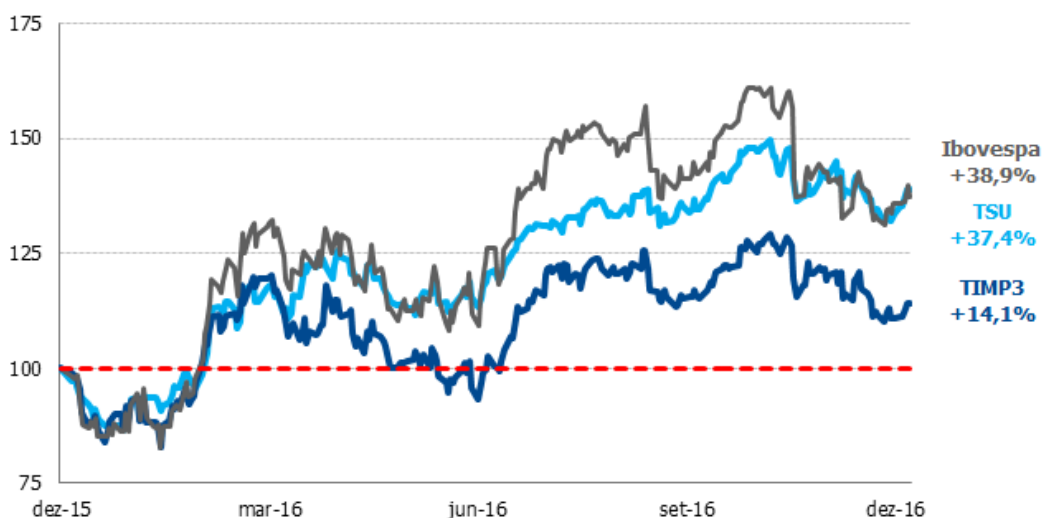
10. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM Participações SA são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) sob o código TIMP3. A Companhia também tem um programa de ADR, *American Depositary Receipts*, no mercado dos EUA, onde são negociadas sob o código TSU na *New York Stock Exchange* (NYSE).

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) fechou 2016 a 60.227,29 pontos, acumulando uma alta de 38,9% quando comparado ao ano anterior. Ao longo do ano, o Ibovespa apresentou um volume médio diário negociado de R\$5,7 bilhões, aproximadamente 7,1% maior que em 2015.

Performance das Ações da TIM Participações

(Base 100 em 30 de dezembro de 2015; $\Delta\%$ Dez-15 x Dez-16)



Fonte: Bloomberg

A Companhia encerrou o ano com suas ações ordinárias cotadas a R\$7,83 na Bovespa, acumulando alta de 14,1%, enquanto as ADRs na NYSE atingiram o preço de U\$11,80, aumento de 37,4% no ano. Em 2016, as ações negociadas da TIM, TIMP3, totalizaram um volume financeiro de R\$5.595 milhões, representando uma média diária de R\$22,5 milhões. Na NYSE, os ADRs da TIM atingiram o volume total de U\$3.037 milhões no ano, média diária de U\$12,05 milhões.

Considerações finais

A TIM Participações S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado ao cliente. Nossos agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teríamos atingido nossos objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na administração.

A Administração

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

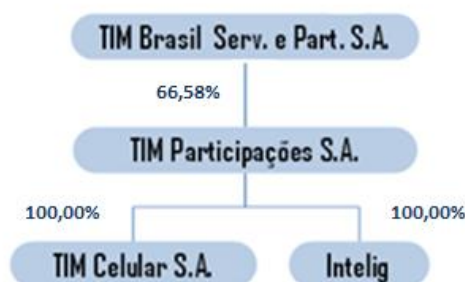
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM Participações S.A. ("TIM Participações" e/ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Itália e detinha, em 31 de dezembro de 2016, 66,58% (66,58% em 31 de dezembro de 2015) do capital social da TIM Participações. A Companhia, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pelas controladas da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").



As ações da Companhia são negociadas na BM&F/Bovespa. Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Controladas diretas

(a) TIM Celular S.A. ("TIM Celular")

A Companhia detém a totalidade do capital da TIM Celular. Esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

(b) Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig")

A Companhia também detém a totalidade do capital da Intelig. Esta controlada presta o STFC apenas na modalidade Local e o SCM, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1.b Transações Relevantes - Venda de Torres

A TIM Celular celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

Esta operação trará benefícios à capacidade operacional e financeira da Companhia em prol dos seus investimentos em expansão e qualidade.

No total, foram realizadas cinco transferências nas datas de 29 de abril de 2015, 30 de setembro de 2015, 16 de dezembro de 2015, 9 de junho de 2016 e 20 de dezembro de 2016. Foram transferidas 5.819 torres (5.483 em 2015 e 336 em 2016) representando 89,8% do total, por um valor de caixa recebido de R\$2.498.421 em 2015 e R\$133.708 em 2016.

O ganho correspondente à parte dos ativos efetivamente vendidos no montante de R\$ 44.036 e R\$1.210.980 foram reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respectivamente, líquidos dos custos de transação, enquanto que o ganho correspondente à parte das torres sujeitas a "*sale and leaseback*" no montante de R\$70.856 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.002.393 em 31 de dezembro de 2015), líquido dos custos da transação, foi diferido pela duração dos respectivos contratos de arrendamento mercantil financeiro (nota 23).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo. Os valores da taxa de desconto aplicados em cada tranche estão descritos na nota 16.

Os impactos contábeis estão demonstrados a seguir:

	Dez/2016	Dez/2015
Quantidade de torres vendidas	336	5.483
Valor da venda	133.708	2.498.421
Custo do ativo e custo da transação	(32.014)	(487.795)
Ganho na transação	101.694	2.010.626
Efeitos no resultado da venda:		
Receita na venda de ativos alienados	42.207	1.253.618
Custo dos ativos baixados e custo da transação	(2.391)	(235.843)
Baixa da provisão de desmobilização de ativos	4.220	193.205
Efeito no resultado antes dos impostos (rubrica "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas")	44.036	1.210.980
IR e CS	(12.565)	(372.140)
Efeito líquido no resultado do exercício	31.471	838.840
Receita diferida	70.856	1.002.393
Ativo imobilizado arrendado "<i>leaseback</i>"	92.835	1.244.803
Arrendamento mercantil financeiro "<i>leaseback</i>"	92.835	1.244.803
Efeito líquido (i)	42.207	1.253.618

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Representa o montante do valor da venda das torres menos a obrigação pelo arrendamento mercantil financeiro.

Adicionalmente, durante o terceiro e quarto trimestres de 2016, foi registrado arrendamento mercantil financeiro de torres recém-construídas no montante de R\$15.000, como já previsto nos acordos contratuais com American Tower em 21 de novembro de 2014.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Crítérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

Nas demonstrações financeiras individuais apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas demonstrações financeiras individuais e nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora TIM Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional de todas as empresas consolidadas nestas demonstrações financeiras.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Reapresentação de anos anteriores

Durante o exercício de 2016, a Companhia identificou erros de exercícios anteriores relacionados com o reconhecimento de receita de recarga de créditos pré-pagos vendidos por terceiros ("parceiros comerciais"). Ainda que a receita seja reconhecida com base no consumo dos créditos pelos clientes, durante o processo de reconciliação da rubrica "receita diferida", foi identificado um ajuste indevido relativo a diferença entre os créditos em poder dos parceiros comerciais e os créditos efetivamente ativados no sistema operacional de pré-pago. Com base nas análises quantitativas e qualitativas efetuadas pela administração da Companhia, concluiu-se que esses ajustes foram imateriais no exercício anteriormente apresentados. Contudo, considerando a relevância do efeito acumulado desses ajustes, se contabilizado diretamente no resultado do exercício de 2016, a administração da Companhia decidiu pela reapresentação das cifras comparativas.

A Companhia concluiu que este erro não afetou materialmente, quantitativa e qualitativamente, as demonstrações financeiras anuais do exercício anteriormente apresentado. O impacto líquido sobre a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$14 milhões e R\$370 milhões em lucros acumulados em 1º de janeiro de 2015.

Ainda, os ajustes não impactaram a posição financeira de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, tampouco, alterou a demonstração dos fluxos de caixa ou o cumprimento dos *covenants* sobre os financiamentos da Companhia.

Consequentemente, o referido erro de exercícios/períodos anteriores acarretou nos seguintes ajustes nas seguintes rubricas contábeis nas informações financeiras:

- 1 – Impostos e taxas a recuperar;
- 2 – Parceiros comerciais;
- 3 – Receita diferida, líquido de comissão ao parceiro comercial;
- 4 – Equivalência patrimonial;
- 5 – Receita líquida de impostos;
- 6 – Comissão ao parceiro comercial;
- 7 – Outras retenções;
- 8 – Juros sobre os impostos;
- 9 – Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes acima.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Balanço Patrimonial em 01/01/15 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 01/01/15 - após os ajustes	Balanço Patrimonial em 01/01/15 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 01/01/15 - após os ajustes
ATIVO						
Circulante (1)	463.010	-	463.010	11.174.415	6.535	11.180.950
Não Circulante (4 / 1)	15.324.516	(370.020)	14.954.496	21.168.729	139.513	21.308.242
Total do ativo	15.787.526	(370.020)	15.417.506	32.343.144	146.048	32.489.192
PASSIVO						
Circulante (2 e 3)	432.125	-	432.125	9.123.256	516.068	9.639.324
Não Circulante	33.367	-	33.367	7.897.854	-	7.897.854
Patrimônio líquido	15.322.034	(370.020)	14.952.014	15.322.034	(370.020)	14.952.014
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.787.526	(370.020)	15.417.506	32.343.144	146.048	32.489.192

	Controladora			Consolidado		
	Balanço Patrimonial em 31/12/15 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/15 - após os ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/15 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/15 - após os ajustes
ATIVO						
Circulante (1)	542.751	-	542.751	12.033.273	6.973	12.040.246
Não Circulante (4 / 1)	16.962.981	(355.722)	16.607.259	23.370.379	145.763	23.516.142
Total do ativo	17.505.732	(355.722)	17.150.010	35.403.652	152.736	35.556.388
PASSIVO						
Circulante (2 e 3)	538.523	-	538.523	8.658.406	508.458	9.166.864
Não Circulante	34.165	-	34.165	9.812.202	-	9.812.202
Patrimônio líquido	16.933.044	(355.722)	16.577.322	16.933.044	(355.722)	16.577.322
Total do passivo e do patrimônio líquido	17.505.732	(355.722)	17.150.010	35.403.652	152.736	35.556.388

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Demonstração do resultado em 31/12/15 divulgada	Ajustes	Demonstração do resultado em 31/12/15 reapresentada	Demonstração do resultado em 31/12/15 divulgada	Ajustes	Demonstração do resultado em 31/12/15 reapresentada
Receita operacional líquida (5)	-	-	-	17.138.851	3.414	17.142.265
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	-	-	-	(8.306.857)	-	(8.306.857)
Lucro bruto	-	-	-	8.831.994	3.414	8.835.408
Receitas (despesas) operacionais (4 / 6 e 7)	2.065.868	14.297	2.080.165	(5.587.777)	3.809	(5.583.968)
Resultado operacional	2.065.868	14.297	2.080.165	3.244.217	7.223	3.251.440
Receitas (despesas) financeiras (8)	5.277	-	5.277	(264.378)	13.971	(250.407)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.071.145	14.297	2.085.442	2.979.839	21.194	3.001.033
Imposto de renda e contribuição social (9)	-	-	-	(908.694)	(6.897)	(915.591)
Lucro líquido do exercício	2.071.145	14.297	2.085.442	2.071.145	14.297	2.085.442
Lucro básico por ação	0,8558	0,0059	0,8617	0,8558	0,0059	0,8617
Lucro diluído por ação	0,8557	0,0059	0,8616	0,8557	0,0059	0,8616

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Demonstração do valor adicionado 31/12/15 divulgada	Ajuste	Demonstração do valor adicionado 31/12/15 reapresentada	Demonstração do valor adicionado 31/12/15 divulgada	Ajuste	Demonstração do valor adicionado 31/12/15 reapresentada
Receitas	-	-	-	23.156.529	3.689	23.160.218
Insumos adquiridos de terceiros	(16.444)	-	(16.444)	(7.526.175)	3.809	(7.522.366)
Retenções	-	-	-	(3.361.971)	-	(3.361.971)
Valor adicionado recebido em transferência	2.103.012	14.297	2.117.309	1.996.752	13.971	2.010.723
Valor adicionado total a distribuir	2.086.568	14.297	2.100.865	14.265.135	21.469	14.286.604
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos	11.214	-	11.214	850.362	-	850.362
Impostos, taxas e contribuições	2.207	-	2.207	8.441.124	7.172	8.448.296
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.002	-	2.002	2.902.504	-	2.902.504
Remuneração de Capital Próprio	2.071.145	14.297	2.085.442	2.071.145	14.297	2.085.442
	2.086.568	14.297	2.100.865	14.265.135	21.469	14.286.604

f. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de fevereiro de 2017.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9

"Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Embora o Grupo ainda não tenha finalizado a análise IFRS 9, para adoção dessa norma não é esperado um impacto relevante nas demonstrações financeiras. As novas disposições sobre a classificação dos ativos dependendo do modelo de negócios existente para esses ativos poderá dar origem a alterações na mensuração e apresentação e as disposições sobre a contabilização por perdas para redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros, podendo gerar em determinados casos uma antecipação do reconhecimento dessas perdas.

IFRS 15

Em maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes", sendo aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Até o momento a aplicação da norma pode apresentar um efeito material na apresentação das demonstrações financeiras da Grupo Tim Participações S.A., dependendo do modelo de negócios adotado.

As novas disposições abordam, as seguintes questões:

- No caso de contratos com várias obrigações de desempenho (por exemplo, contrato móvel mais aparelho) com produtos subsidiados entregues antecipadamente, uma parcela maior do total da remuneração é atribuível ao componente fornecido antecipadamente (aparelho), exigindo reconhecimento prévio de receita. Isso gera o reconhecimento do que é conhecido como um ativo contratual - um valor a receber decorrente do contrato com cliente que ainda não foi reconhecido na posição patrimonial da Companhia
- Ao mesmo tempo, isso leva a uma maior receita com a venda de bens e produtos e reduz as receitas provenientes da prestação de serviços.
- Futura capitalização e alocação de despesas com comissões de vendas (Custos de aquisição de clientes) ao longo do período estimado de retenção de clientes.
- Aumento do total de ativos na primeira adoção devido à capitalização do ativo contratual e custos de aquisição de clientes.
- Diferimento, por exemplo, posterior reconhecimento de receitas em casos em que "direitos materiais" são concedidos, como oferecer descontos adicionais para compras futuras de produtos.

Embora uma estimativa confiável dos efeitos quantitativos não seja possível até que o processo de implementação da nova regra esteja concluído, avaliamos que o principal impacto para a Companhia poderá acontecer em novos contratos de retenção de clientes (fidelização) que (1) venham ter prestação de serviços com fornecimento de produtos subsidiados e (2) desconto concedido em aparelhos que deve ser alocado proporcionalmente à receita de produtos e de serviços.

IFRS 16

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 "Arrendamentos", sendo aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A aplicação dessa norma poderá gerar efeito material sobre a apresentação dos resultados das operações do Grupo dependendo do modelo de negócio aplicado.

Em particular:

- Considerando que anteriormente existia um requisito de divulgação das obrigações de pagamento de despesas referentes a operações de leasing operacional nas notas explicativas às demonstrações financeiras, a partir da implementação da nova regra os direitos e obrigações resultantes das transações de arrendamento devem ser reconhecidos como direitos de uso e dívida de arrendamento no Balanço Patrimonial da Companhia.
- O Grupo prevê um aumento no total de ativos no momento inicial de adoção e também um do aumento do passivo de arrendamento mercantil, bem como de aumento do ativo não circulante devido aos ativos de direito de uso a serem capitalizados.
- O acréscimo nos passivos de arrendamento conduz a um aumento correspondente em dívida líquida.
- A partir da adoção da nova regra, as despesas de depreciação e juros serão reconhecidas nas demonstrações de resultado em lugar das despesas de arrendamento operacional. Isto terá um impacto positivo no EBITDA e também um aumento correspondente do caixa líquido proveniente de atividades operacionais reportadas no fluxo de caixa.
- Para o Grupo como locador, a nova definição de arrendamento pode impactar também o número de itens a serem contabilizados como arrendamentos.

Os efeitos serão avaliados como parte de um projecto de implementação do IFRS 16 e uma estimativa confiável nesse momento dos efeitos quantitativos não é possível até que o projeto esteja concluído.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Não há outras normas do IFRS ou interpretações do IFRIC atuais que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa (nota 15).

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15), sendo que não foi identificado nenhuma necessidade de ajuste por *impairment* em 31 de dezembro de 2016.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (nota 10).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 39).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

(f) Venda e leaseback

A transação de venda e *leaseback* é aquela em que o Grupo vende um ativo e imediatamente requer o uso deste ativo mediante a celebração de um contrato de arrendamento com o comprador. O tratamento contábil da venda e realocação depende da substância da transação (aplicando os princípios de classificação de arrendamento).

Para venda e *leaseback* financeiro, todo o lucro da venda é diferido e amortizado pelo prazo do arrendamento. Para venda e *leaseback* operacional, geralmente, os ativos são vendidos pelo valor justo e, conseqüentemente, o lucro ou perda com a venda é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado.

No início do prazo da locação, a Companhia reconhece as locações financeiras como ativos e passivos em seu balanço patrimonial por valores iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado no início do arrendamento.

A taxa de desconto usada em uma transação de venda e *leaseback* é determinada com base em transações de mercado observáveis onde o locatário teria de pagar em um contrato de locação ou empréstimo similar. Como mencionado na nota 1.b, as taxas de desconto aplicadas pela Administração da Companhia nas operações realizadas ao longo do ano foram determinantes para o cálculo da parcela de ganho contabilizado através de ganhos e perdas, bem como a parte de ganho diferido e amortizado durante o prazo de locação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	242	555	92.860	113.244
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	8.351	24.208	5.035.326	5.987.159
	<u>8.593</u>	<u>24.763</u>	<u>5.128.186</u>	<u>6.100.403</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas, incluindo aqueles classificados fora da rubrica de caixa e equivalentes de caixa, é de 101,10% (101,30% em 31 de dezembro de 2015) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	Consolidado	
	2016	2015
Fundo cambial	479.953	599.414
	<u>479.953</u>	<u>599.414</u>
Parcela circulante	<u>(479.953)</u>	<u>(599.414)</u>

Durante 2015 foram adquiridas quotas de fundo cambial não exclusivo. Este fundo cambial tem liquidez diária e o objetivo é de acompanhar o comportamento do dólar dos Estados Unidos da América, além de ser composto basicamente por títulos públicos de altíssima liquidez. A aplicação tem como objetivo reduzir o risco cambial sobre o pagamento de fornecedores em moeda estrangeira. A classificação como títulos e valores mobiliários ocorre em função da mudança significativa de valor no caso de uma modificação relevante da taxa de juros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, 2% das cotas de fundo cambial foram designadas como "cash-flow hedge".

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas por créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment").

Perdas por créditos de liquidação duvidosa foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente.

O valor justo das contas a receber é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Parte do contas a receber garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 20).

	Consolidado	
	2016	2015
Serviços faturados	1.175.091	995.879
Serviços a faturar	653.333	667.886
Uso de rede	527.179	448.064
Venda de mercadorias	956.056	1.120.449
Outras contas a receber	2.062	2.053
	<u>3.313.721</u>	<u>3.234.331</u>
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(370.452)	(351.381)
	<u>2.943.269</u>	<u>2.882.950</u>
Parcela circulante	(2.919.177)	(2.858.089)
Parcela não circulante	<u>24.092</u>	<u>24.861</u>

A movimentação das perdas por créditos de liquidação duvidosa, controladas como conta regularizadora de ativo, foi como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	351.381	373.577
Constituição	266.442	230.357
Baixas	(247.371)	(252.553)
Saldo final	<u>370.452</u>	<u>351.381</u>

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
A vencer	2.378.345	2.153.088
Vencidos até 30 dias	231.024	189.186
Vencidos até 60 dias	107.584	57.822
Vencidos até 90 dias	135.164	406.850
Vencidos a mais de 90 dias	461.604	427.385
	<u>3.313.721</u>	<u>3.234.331</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Consolidado	
	2016	2015
Aparelhos celulares e <i>tablets</i>	132.857	123.664
Acessórios e cartões pré-pagos	18.115	19.762
TIM chips	13.114	12.170
	<u>164.086</u>	<u>155.596</u>
Perdas para ajuste ao valor de realização	(20.152)	(13.876)
	<u>143.934</u>	<u>141.720</u>

8. Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	Consolidado	
	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
ICMS	1.465.088	1.708.059
Outros	35.909	34.241
	<u>1.500.997</u>	<u>1.742.300</u>
Parcela circulante	(633.854)	(924.624)
Parcela não circulante	<u>867.143</u>	<u>817.676</u>

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar basicamente são compostos (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9 Impostos e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Imposto de renda e contribuição social (i)	1.579	387	431.005	185.804
PIS / COFINS (ii)	20.185	20.185	52.879	233.326
Outros	587	1.339	51.820	81.113
	22.351	21.911	535.704	500.243
Parcela circulante	(22.351)	(21.911)	(334.806)	(329.722)
Parcela não circulante	-	-	200.898	170.521

- (i) Os valores de imposto de renda e contribuição social correspondem a pagamento das antecipações do Imposto de Renda e Contribuição Social no ano. A Companhia alterou a sua opção de pagamento trimestral para anual, vide nota 22.
- (ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se: (i) aos créditos oriundos de processo judicial com decisão favorável definitiva, que discutia a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS instituída pela Lei nº 9.718/98; (ii) à créditos relacionados à compra de estoques de mercadorias para revenda, basicamente aparelhos celulares, *tablets* e *modems*; e (iii) à créditos calculados sobre bens e serviços utilizados como insumos, conforme legislação pertinente.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na nota 34.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

Ativo (passivo)	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Impostos diferidos passivos				
Custo atribuído – Intelig	-	-	(108.358)	(120.730)
	-	-	(108.358)	(120.730)
Impostos diferidos ativos				
Prejuízo fiscal	32.246	27.756	935.146	1.034.243
Base negativa de contribuição social	11.673	10.057	350.271	385.946
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais e administrativos	674	1.497	162.622	141.246
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	132.779	122.299
Ajuste a valor presente – licença 3G	-	-	13.008	14.950
Imposto de renda diferido s/ ajustes CPC's:				
Aquisição de ações de acionistas não controladores	53.569	53.569	53.569	53.569
Combinação de negócios aquisição Intelig	-	-	71.405	71.405
Outros	-	-	8.200	11.731
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	16.144	11.022
Provisão para participação dos empregados	1.079	336	27.520	16.594
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Ágio amortizado – TIM Fiber	-	-	(328.152)	(264.639)
Operações com derivativos	-	-	(46.053)	(336.621)
Juros capitalizados 4G	-	-	(173.408)	(84.751)
Outros	-	-	31.471	56.975
	99.241	93.215	1.267.394	1.246.841
Provisão para realização de créditos fiscais (Intelig e TIM Participações)				
	(99.241)	(93.215)	(1.225.704)	(1.232.315)
	-	-	41.690	14.526

TIM Celular

A controlada TIM Celular, com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base nestas projeções, a controlada possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2017	120.878
2018	127.534
Prejuízos fiscais e base negativa	248.412
Diferenças temporárias	(206.722)
Total créditos a recuperar	41.690

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2016.

A controlada TIM Celular utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$127.216 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$206.083 em 31 de dezembro de 2015).

Perda na realização de créditos fiscais

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, foi reconhecida perda integral sobre os créditos tributários de prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que totalizam R\$99.241 em 31 de dezembro de 2016 (R\$93.215 em 31 de dezembro de 2015).

No caso da controlada Intelig, considerando que a mesma não apresentou histórico de lucro tributável, tampouco expectativa de lucro tributável futuro suficiente, provisão integral para realização dos referidos créditos tributários foi constituída, no montante de R\$1.126.463 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.139.100 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$993.087 referem-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$133.376 referem-se a diferenças temporárias.

11. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2016	2015
Propagandas não veiculadas (*)	85.905	162.145
Aluguéis e seguros	58.366	46.936
Swap de rede (**)	28.932	37.674
Outros	11.563	18.535
	184.766	265.290
Parcela circulante	(130.392)	(210.056)
Parcela não circulante	54.374	55.234

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(**) Em 1º de abril de 2010, a controlada Intelig e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante). Ambos montantes são apropriados ao resultado na mesma proporção, durante um período de 10 anos.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cível	15.111	9.218	471.922	361.689
Trabalhista	73.007	63.043	468.009	420.112
Tributário	1.585	1.437	291.745	268.825
Regulatório	-	-	111	109
Outros (*)	154	127	62.338	55.306
Parcela não circulante	89.857	73.825	1.294.125	1.106.041

(*) Referem-se às aplicações financeiras vinculadas a determinados processos judiciais.

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas, viabilizando a implementação da tecnologia 4G, após a TIM Celular ter saído vencedora do certame. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo para discussão é de R\$59.546 (R\$53.559 em 31 de dezembro de 2015).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuadas e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECF) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$87.093 (R\$80.205 em 31 de dezembro de 2015).
- (ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$67.697(R\$64.968 em 31 de dezembro de 2015).
- (iii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da sociedade; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 33.489 (R\$31.450 em 31 de dezembro de 2015).
- (iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 13.542 (R\$11.450 em 31 de dezembro de 2015).
- (v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.036 (R\$9.340 em 31 de dezembro de 2015).
- (vi) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 6.453 (R\$5.524 em 31 de dezembro de 2015).
- (vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros . O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$5.745 (R\$5.479 em 31 de dezembro de 2015).
- (viii) Denúncia espontânea de débitos tributários e a consequente exclusão de cobrança de multa moratória. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$4.222 (R\$4.001 em 31 de dezembro de 2015).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ix) Depósito realizado pela Intelig – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD, bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$48.873 (R\$43.323 em 31 de dezembro de 2015).

13. Investimentos - Controladora

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial somente nas demonstrações financeiras individuais.

(a) Participações em empresas controladas:

	2016		
	TIM Celular	Intelig	Total
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	15.892.119	1.099.417	
Resultados não realizados	-	(350)	
Patrimônio líquido ajustado	<u>15.892.119</u>	<u>1.099.067</u>	
Lucro líquido do exercício	691.237	76.198	
Resultados não realizados	-	807	
Lucro líquido ajustado do exercício	<u>691.237</u>	<u>77.005</u>	<u>768.242</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>691.237</u>	<u>77.005</u>	<u>768.242</u>
Valor do investimento	<u>15.892.119</u>	<u>1.099.067</u>	<u>16.991.186</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2015		
	Reapresentado (Nota 2.e)		
	TIM Celular	Intelig	Total
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	15.353.019	1.023.959	
Resultados não realizados	-	(1.157)	
Patrimônio líquido ajustado	<u>15.353.019</u>	<u>1.022.802</u>	
Lucro líquido do exercício	2.087.114	22.266	
Resultados não realizados	-	808	
Lucro líquido ajustado do exercício	<u>2.087.114</u>	<u>23.074</u>	<u>2.110.188</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>2.087.114</u>	<u>23.074</u>	<u>2.110.188</u>
Valor do investimento	<u>15.353.019</u>	<u>1.022.802</u>	<u>16.375.821</u>

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	TIM Celular	Intelig	Total
Saldo do investimento em 1 de janeiro de 2015 (Reapresentado)	<u>13.731.610</u>	<u>999.601</u>	<u>14.731.211</u>
Resultado de equivalência patrimonial (Reapresentado)	2.087.114	23.074	2.110.188
Opções de compra de ações	3.724	127	3.851
Dividendos propostos	(469.013)	-	(469.013)
Reflexo do valor de complemento de benefício pós-emprego	(416)	-	(416)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	<u>15.353.019</u>	<u>1.022.802</u>	<u>16.375.821</u>
Resultado de equivalência patrimonial	691.237	77.005	768.242
Dividendos propostos	(134.606)	-	(134.606)
Opções de compra de ações	3.904	219	4.123
Hedge de fluxos de caixa	(1.231)	(959)	(2.190)
Complemento de aposentadoria	(204)	-	(204)
Dividendos complementares pagos	(20.000)	-	(20.000)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2016	<u>15.892.119</u>	<u>1.099.067</u>	<u>16.991.186</u>

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Em 1º de janeiro de 2009, a Intelig, no momento da primeira adoção das IFRS / CPCs, utilizou o custo atribuído para mensurar o valor de seu ativo imobilizado, conforme previsto no ICPC 10, aprovado por Deliberação da CVM. Após esta data, o imobilizado tem sido demonstrado pelo custo histórico de aquisição e / ou construção. Ambos (custo atribuído e custo histórico) são deduzidos da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável).

(a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado				Saldo em 2016
	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Transferências	
Custo do Imobilizado Bruto					
Equipamentos de comutação / transmissão	16.164.178	-	(57.363)	1.125.439	17.232.254
Cabos de fibra ótica	563.995	-	(19)	36.528	600.504
Aparelhos em comodato	1.952.079	7	(26.089)	145.337	2.071.334
Infraestrutura	4.933.743	107.828	(127.470)	354.942	5.269.043
Bens de informática	1.501.480	-	(5.482)	54.616	1.550.614
Bens de uso geral	650.580	-	(24.163)	49.265	675.682
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.119.800	2.433.983	31.950	(1.766.127)	1.819.606
Total Imobilizado Bruto	26.926.649	2.541.818	(208.636)	-	29.259.831
Depreciação acumulada					
Equipamentos de comutação / transmissão	(10.653.118)	(1.366.859)	50.769	-	(11.969.208)
Cabos de fibra ótica	(200.123)	(42.589)	3	-	(242.709)
Aparelhos em comodato	(1.783.940)	(136.262)	14.974	-	(1.905.228)
Infraestrutura	(1.884.692)	(416.085)	75.845	-	(2.224.932)
Bens de informática	(1.296.837)	(81.267)	5.441	-	(1.372.663)
Bens de uso geral	(440.591)	(40.944)	20.974	-	(460.561)
Total Depreciação Acumulada	(16.259.301)	(2.084.006)	168.006	-	(18.175.301)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado					
	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2016
Imobilizado líquido					
Equipamentos de comutação / transmissão	5.511.060	(1.366.859)	(6.594)	1.125.439	5.263.046
Cabos de fibra ótica	363.872	(42.589)	(16)	36.528	357.795
Aparelhos em comodato	168.139	(136.255)	(11.115)	145.337	166.106
Infraestrutura	3.049.051	(308.257)	(51.625)	354.942	3.044.111
Bens de informática	204.643	(81.267)	(41)	54.616	177.951
Bens de uso geral	209.989	(40.944)	(3.189)	49.265	215.121
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.119.800	2.433.983	31.950	(1.766.127)	1.819.606
Total Imobilizado líquido	10.667.348	457.812	(40.630)	-	11.084.530

Os valores consolidados no período incluem o efeito total de R\$29.114 (2015 – R\$ 451.084), decorrente da baixa relativa à venda das torres e a adição no montante de R\$92.835 (2015 – R\$ 1.244.803) referente ao valor dos ativos retroarrendados (*Sale and Leaseback*).

Consolidado					
	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 2015
Custo do Imobilizado Bruto					
Equipamentos de comutação / transmissão	14.985.191	12.230	(730.640)	1.897.397	16.164.178
Cabos de fibra ótica	517.558	-	(720)	47.157	563.995
Aparelhos em comodato	1.800.938	-	(20.853)	171.994	1.952.079
Infraestrutura	4.323.507	1.244.803	(1.187.529)	552.962	4.933.743
Bens de informática	1.468.586	2	(21.194)	54.086	1.501.480
Bens de uso geral	610.081	-	(7.204)	47.703	650.580
Terrenos	40.451	-	-	343	40.794
Obras em andamento	1.110.868	2.804.968	(24.394)	(2.771.642)	1.119.800
Total Imobilizado Bruto	24.857.180	4.062.003	(1.992.534)	-	26.926.649
Depreciação acumulada					
Equipamentos de comutação / transmissão	(10.140.317)	(1.196.356)	683.561	(6)	(10.653.118)
Cabos de fibra ótica	(161.975)	(38.218)	70	-	(200.123)
Aparelhos em comodato	(1.673.641)	(118.291)	7.992	-	(1.783.940)
Infraestrutura	(2.327.097)	(367.840)	810.248	(3)	(1.884.692)
Bens de informática	(1.234.678)	(83.354)	21.188	7	(1.296.837)
Bens de uso geral	(404.543)	(43.044)	6.994	2	(440.591)
Total Depreciação Acumulada	(15.942.251)	(1.847.103)	1.530.053	-	(16.259.301)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				Saldo em 2015
	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Transferência	
Imobilizado líquido					
Equipamentos de comutação / transmissão	4.844.874	(1.184.126)	(47.079)	1.897.391	5.511.060
Cabos de fibra ótica	355.583	(38.218)	(650)	47.157	363.872
Aparelhos em comodato	127.297	(118.291)	(12.861)	171.994	168.139
Infraestrutura	1.996.410	876.963	(377.281)	552.959	3.049.051
Bens de informática	233.908	(83.352)	(6)	54.093	204.643
Bens de uso geral	205.538	(43.044)	(210)	47.705	209.989
Terrenos	40.451	-	-	343	40.794
Obras em andamento	1.110.868	2.804.968	(24.394)	(2.771.642)	1.119.800
Total Imobilizado líquido	8.914.929	2.214.900	(462.481)	-	10.667.348

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	20
Bens de uso geral	5 a 10

Em 2016, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

15. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) lista de clientes, (iii) ágio na aquisição de empresas e (iv) Custos com comissões diferidas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

(a) Movimentação do intangível

	Consolidado					
	Saldo em 2015	Adições	Transferências	Baixas	Juros capitalizados	Saldo em 2016
<u>Custo do Intangível Bruto</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i>	13.033.544	29.372	1.551.252	(1.693)	-	14.612.475
Autorizações	5.189.022	152.201	57.800	-	-	5.399.023
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	28.991	174.901	-	-	-	203.892
Lista de clientes	95.200	-	-	-	-	95.200
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	-	-	198.202
Outros ativos	167.125	-	31.073	-	-	198.198
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.416.633	1.734.493	(1.640.125)	-	283.581	3.794.582
Total Intangível Bruto	23.655.936	2.090.967	-	(1.693)	283.581	26.028.791
<u>Amortização acumulada</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i>	(9.591.782)	(1.290.650)	-	1.693	-	(10.880.739)
Autorizações	(3.962.749)	(273.082)	-	-	-	(4.235.831)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(1.688)	(100.223)	-	-	-	(101.911)
Lista de clientes	(70.000)	(16.800)	-	-	-	(86.800)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(22.711)	(9.910)	-	-	-	(32.621)
Outros ativos	(47.813)	(10.501)	-	-	-	(58.314)
Total Amortização Acumulada	(13.696.743)	(1.701.166)	-	1.693	-	(15.396.216)
<u>Intangível Líquido</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i> (c)	3.441.762	(1.261.278)	1.551.252	-	-	3.731.736
Autorizações	1.226.273	(120.881)	57.800	-	-	1.163.192
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas (h)	27.303	74.678	-	-	-	101.981
Lista de clientes (e)	25.200	(16.800)	-	-	-	8.400

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (f)	175.491	(9.910)	-	-	-	165.581
Outros ativos	119.312	(10.501)	31.073	-	-	139.884
Ativos intangíveis em desenvolvimento (g)	3.416.633	1.734.493	(1.640.125)	-	283.581	3.794.582
Total Intangível Líquido	9.959.193	389.801	-	-	283.581	10.632.575

	Consolidado					Saldo em 2015
	Saldo em 2014	Adições	Transferência	Baixas	Juros capitalizados	
Custo do Intangível Bruto						
Direito de uso de <i>softwares</i>	11.461.386	-	1.588.206	(16.048)	-	13.033.544
Autorizações	5.078.310	81.914	28.798	-	-	5.189.022
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Lista de clientes	95.200	-	-	-	-	95.200
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	-	-	198.202
Outros ativos	164.182	28.991	2.943	-	-	196.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.995.751	1.770.712	(1.619.947)	-	270.117	3.416.633
Total Intangível Bruto	21.520.250	1.881.617	-	(16.048)	270.117	23.655.936
Amortização acumulada						
Direito de uso de <i>softwares</i>	(8.477.702)	(1.132.698)	2.877	15.741	-	(9.591.782)
Autorizações	(3.614.957)	(344.915)	(2.877)	-	-	(3.962.749)
Lista de clientes	(53.200)	(16.800)	-	-	-	(70.000)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(12.802)	(9.909)	-	-	-	(22.711)
Outros ativos	(38.955)	(10.546)	-	-	-	(49.501)
Total Amortização Acumulada	(12.197.616)	(1.514.868)	-	15.741	-	(13.696.743)

Intangível Líquido						
Direito de uso de <i>softwares</i> (c)	2.983.684	(1.132.698)	1.591.083	(307)	-	3.441.762
Autorizações	1.463.353	(263.001)	25.921	-	-	1.226.273
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Lista de clientes (e)	42.000	(16.800)	-	-	-	25.200
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (f)	185.400	(9.909)	-	-	-	175.491
Outros ativos	125.227	18.445	2.943	-	-	146.615
Ativos intangíveis em desenvolvimento (g)	2.995.751	1.770.712	(1.619.947)	-	270.117	3.416.633
Total Intangível Líquido	9.322.634	366.749	-	(307)	270.117	9.959.193

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software, estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Ágio aquisição Intelig – O ágio decorrente da aquisição da Intelig em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada TIM Celular registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumariada a seguir:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As projeções combinadas do Grupo (que abrangem o negócio de telefonia móvel, banda larga residencial, telefonia fixa, aluguel de meios, etc.), trazidas a valor presente, indicam que não há necessidade de reconhecimento de perdas deste valor.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente um teste de impairment para os ágios relacionados a combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM. A Companhia revisou a estrutura de teste realizada nos anos anteriores, com uma mudança na unidade geradora de caixa. No ano anterior o teste foi realizado considerando: (i) os negócios de banda larga residencial + negócio móvel como unidade geradora de caixa para teste do ágio registrado na TIM Celular pela aquisição da TIM Fiber RJ e TIM Fiber SP; e (ii) os negócios da Intelig como a unidade geradora de caixa para o teste do ágio registrado na TIM Participações para a aquisição da Intelig.

A Companhia reavaliou a unidade geradora de caixa para os ágios registrados e considerou as seguintes questões para alterar a UGC:

(i) No momento da aquisição destas empresas, a principal razão para adquiri-las era suportar e aumentar a competitividade do negócio móvel e entrar no negócio de banda larga residencial, corporativa e acesso ao mercado de wholesale, seja direto, seja via swap com outras operadoras de mercado, no qual a TIM ainda não estava inserida. Nos anos anteriores, a Companhia entendia que a entrada de caixa gerada pelo negócio da Fiber e Intelig podia ser considerada independente dos outros negócios, assim o teste de impairment do ágio considerou apenas o fluxo de caixa diretamente relacionado a essas UGC's. Entendemos que esse approach foi extremamente prudente ao não considerar o aumento da competitividade e sinergia com o negócio móvel;

(ii) Atualmente, esse approach não considera a crescente importância da rede na prestação de serviços móveis pela TIM. Nos últimos anos, vem ocorrendo uma migração do uso (e faturamento) de serviços de voz para dados no mercado internacional e, em particular, no Brasil. O uso crescente de dados transformou-se em um grande desafio em termos de infraestrutura, visto que os sites móveis passaram a demandar uma capacidade elevada no atendimento eficaz aos serviços de dados. A principal solução adotada pela TIM foi adotar o FTTS (Fiber to the site) approach, chegando aos sites com a rede de fibra ótica, e instalar small cells conectados à rede de fibra ótica, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, de modo a descongestionar os sites móveis, aumentando a capacidade de transmissão e melhora da qualidade dos serviços. Em consequência, houve um aumento significativo do uso do backbone da TIM Fiber e Intelig no atendimento aos serviços móveis. Este uso da rede de forma compartilhada entre móvel e fixo torna impossível manter separadas as saídas de caixa CAPEX e OPEX entre estes dois segmentos;

(iii) O comportamento dos clientes de serviços de telefonia está evoluindo para um approach centrado em dados, onde os clientes estão sempre "conectados", seja utilizando a rede da operadora, redes wi-fi públicas e particulares, o que é permitido por handsets cada vez mais evoluídos. Deste modo, as empresas de telefonia estão oferecendo pacotes de serviços e pacotes de dados para obter as receitas do uso constantes de dados. A implantação de ofertas em pacotes torna impossível desagregar as entradas de caixa entre os segmentos móvel e fixo.

(iv) De um ponto de vista organizacional, a TIM Fiber está totalmente integrada ao negócio móvel.

Consequentemente, a Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de impairment dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e portanto, a avaliação será no nível da TIM

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Participações. Esse novo approach está em linha com o direcionamento do mercado no sentido de integração dos segmentos móvel e fixo.

A alteração da UGC decorrente da mudança estratégica foi consolidada em 2016, portanto neste exercício a unidade geradora de caixa identificada para teste de impairment do ágio no montante de R\$1.527.219 é a TIM Participações. O teste de impairment destes ágios utilizou esta UGC e a metodologia do valor em uso, bem como considerou, também, a metodologia aplicada em anos anteriores. As principais premissas usadas nesta metodologia estão listadas abaixo:

- Percentuais de crescimento do número de clientes, alinhados com o plano de negócios da Companhia e preparado para 3+2 anos;
- Diminuição da base de clientes do pré-pago progressivamente e de acordo com a tendência histórica e do plano industrial, sendo combatida por uma maior penetração nos planos pós-pago, alinhados com o plano de negócios da Companhia e preparado para 3+2 anos, momento no qual ocorre a estabilização do fluxo de caixa e pode se projetar o crescimento por perpetuidade;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando alteração da base de clientes, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia para os gastos operacionais (4,50% a.a. em média) encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um negócio sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 2,50% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 11,03% a.a.

Os resultados dos testes de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2016 considerando o modelo de anos anteriores e também o novo modelo não indicaram nenhuma necessidade de provisão para perdas.

(e) Lista de clientes

Como parte do processo de alocação do preço de aquisição relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Tais direitos contratuais foram mensurados ao seu valor justo na data de aquisição das empresas e vêm sendo amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

(f) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(g) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

Em 30 de setembro de 2014, a TIM Celular adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A TIM Celular está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, tais montantes são capitalizados pela Companhia. O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$8.586 (R\$7.731 em 31 de dezembro 2015) de juros e R\$3.659 (R\$7.859 em 31 de dezembro 2015) de correção monetária sobre o saldo.

Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido é de R\$904 milhões. A Companhia também possui um custo adicional referente ao que não foi arrematado no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões a serem pagos relacionados a estes custos.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM, junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015 uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsará valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). Mensalmente, há a apropriação dos juros do AVP e reajuste pelo índice IGP-DI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a apropriação dos juros gerou um impacto de R\$14.239 (R\$25.793 em 31 de dezembro 2015) e a indexação, de R\$43.619 (R\$98.307 em 31 de dezembro de 2015).

Em 9 de abril de 2015, foi efetuado o primeiro pagamento junto a EAD no montante de R\$370.379.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 13,40% a.a dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o exercício. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$260.756 (R\$236.592 em 31 de dezembro de 2015).

(h) Custos com comissões a representantes comerciais diferidas

Em 2015 foi lançada uma nova oferta para clientes corporativos onde os contratos preveem um período contratual mínimo de 24 meses, com cláusula de penalidade em caso de cancelamento antecipado. Essa modalidade de contratação permite que os valores despendidos com comissões à representantes comerciais para aquisição desses clientes sejam capitalizados como ativo intangível de vida útil definida. Os custos capitalizados desses contratos serão amortizados de acordo com a vigência do contrato, líquido de ajuste por *impairment*.

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A controlada TIM Celular possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro (nota 1.b), onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada TIM Celular reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

Ativo

	Consolidado	
	2016	2015
LT Amazonas	204.762	199.935
	<u>204.762</u>	<u>199.935</u>
Parcela circulante	(2.818)	(1.969)
Parcela não circulante	<u>201.944</u>	<u>197.966</u>

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, TIM Celular e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela TIM Celular é de R\$392.873.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2017	25.381	15.850
Janeiro de 2018 a dezembro de 2021	90.252	44.167
Janeiro de 2022 em diante	277.240	144.745
	<u>392.873</u>	<u>204.762</u>

O valor presente das parcelas a receber é de R\$204.762 (R\$199.935 em 2015) composto por R\$185.558 de principal e R\$19.204 de juros incorridos até 31 de dezembro de 2016 e foi

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56%.a.a.

Passivo

	Consolidado	
	2016	2015
LT Amazonas	351.798	340.582
Venda de Torres (<i>leaseback</i>)	1.411.055	1.277.924
Outros	39.385	-
	<u>1.802.238</u>	<u>1.618.506</u>
Parcela circulante	(96.604)	(38.592)
Parcela não circulante	<u>1.705.634</u>	<u>1.579.914</u>

i) LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPC-A.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2017	51.131	31.663
Janeiro de 2018 a dezembro de 2021	171.426	76.170
Janeiro de 2022 em diante	526.113	243.965
	<u>748.670</u>	<u>351.798</u>

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$748.670. Seu valor presente é de R\$351.798, sendo R\$313.001 de principal e R\$38.797 de juros em 31 de dezembro de 2016 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% a.a. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela TIM Celular e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes.

ii) Venda e *leaseback* das Torres

Em decorrência dos contratos de aluguel das torres (MLA) a TIM Celular acordou em alugar parte do espaço da infraestrutura existente nas torres por um período de 20 anos, a contar da data de transferência de cada torre. Os contratos preveem aluguéis mensais por tipo de torres (*greenfield e rooftop*), reajustados anualmente pelo IGP-M.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2017	227.445	194.882
Janeiro de 2018 a dezembro de 2021	616.107	390.035
Janeiro de 2022 em diante	2.092.720	826.138
	<u>2.936.272</u>	<u>1.411.055</u>

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$2.936.272. Seu valor presente é de R\$1.411.055 sendo R\$1.337.638 de principal e R\$73.417 de juros em 31 de dezembro de 2016. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de 14,39%, 17,08%, 17,00%, 13,70% e 12,96% para os montantes desembolsados em abril, setembro, dezembro de 2015 e junho e dezembro de 2016, respectivamente.

17. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura.

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Moeda nacional				
Fornecedores de materiais e serviços (a)	1.652	3.549	3.108.497	3.474.351
Interconexão (b)	-	-	181.580	76.670
Roaming (c)	-	-	3.349	1.206
Co-billing (d)	-	-	85.554	71.548
	<u>1.652</u>	<u>3.549</u>	<u>3.378.980</u>	<u>3.623.775</u>
Moeda estrangeira				
Fornecedores de materiais e serviços (a)	434	522	67.511	87.528
Roaming (c)	-	-	14.590	23.252
	<u>434</u>	<u>522</u>	<u>82.101</u>	<u>110.780</u>
Parcela circulante	<u>2.086</u>	<u>4.071</u>	<u>3.461.081</u>	<u>3.734.555</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Consolidado	
	2016	2015
Autorizações a pagar		
Limpeza da frequência da faixa de 700 MHz, líquida de AVP (ii)	976.246	918.388
Dívida ANATEL atualizada (ii)	89.695	77.450
Seguro garantia sobre autorizações	8.652	15.985
Renovação de autorizações (i)	254.515	146.149
Autorizações a pagar (iii)	57.524	-
	<u>1.386.632</u>	<u>1.157.972</u>
Parcela circulante	(486.494)	(467.687)
Parcela não circulante	<u>900.138</u>	<u>690.285</u>

(i) Para prestação do SMP, a controlada TIM Celular obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2016, a TIM Celular possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$254.515 (R\$146.149 em 31 de dezembro de 2015).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a controlada TIM Celular assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz (extrato publicado no DOU em 8 de dezembro de 2014). A controlada pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida financeira, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a TIM Celular, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes, decorrentes da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, fazendo jus a um desconto no valor final a ser pago pela Autorização de uso da faixa de 700 MHz.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Entretanto, a metodologia empregada pela ANATEL para cálculo desse valor foi diferente da constante no Edital, razão pela qual a TIM Celular apresentou recurso administrativo que foi julgado e denegado ainda em dezembro de 2014 (assim como os das demais Proponentes Vencedoras). Em 31 de março de 2015, a TIM Celular distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$90 milhões em 31 de dezembro de 2016), o qual ainda está pendente de julgamento (nota 15.g).

Como mencionado anteriormente, a Companhia assumiu um compromisso adicional de arcar com os custos relacionados à limpeza da faixa de radiofrequências de 700 MHz, além da redistribuição e digitalização de canais de TV e RTV e mitigação de interferência prejudicial, a partir da constituição da Entidade Administradora da Digitalização ("EAD"), onde o total do compromisso assumido pela TIM Celular foi de R\$1.199 milhões, a serem pagos em 04 (quatro) parcelas reajustadas pelo IGP-DI, dos quais R\$370 milhões (30%) foram depositados em 9 de abril de 2015 a esta entidade (nota 15.g).

Em 15 de fevereiro de 2016, a controlada TIM Celular assinou Aditivos aos Termos de Autorização da faixa de 700 MHz (extratos publicados no DOU em 08 de março de 2016), alterando a data de aporte, da 2ª parcela de 30% à EAD, anteriormente prevista para pagamento em 31 de janeiro de 2016. Dessa forma, a entidade receberá da TIM Celular, em 31 de janeiro de 2017, parcela correspondente a 60% (30% + 30%, referentes a 2016 e 2017) sendo que os 10% restantes têm pagamento previsto para 31 de janeiro de 2018, reajustados pelo IGP-DI.

Em 4 de março de 2015, a ANATEL: (i) acolheu o pedido de desistência de prorrogação do prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 208 (parte da AR 92) da Licitação nº. 004/2012/PVCP/SPV-ANATEL; (ii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 222 (parte da AR 31) da referida Licitação; e (iii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo das autorizações de uso de radiofrequência relativas às Bandas D e E. Em 22 de julho de 2015 foi editado o Ato de Autorização que prorroga o prazo das autorizações de uso das radiofrequências acima.

- (iii) Em 17 de dezembro de 2015, a TIM Celular foi classificada como Proponente com melhor proposta para aquisição de 02 Lotes Tipo B (E-30 – AR41, Curitiba e Região Metropolitana; e E-68 – AR81, Recife e Região Metropolitana) da Licitação nº. 002/2015-SOR/SPR/ANATEL, cujo preço ofertado foi de R\$57,5 milhões. O resultado foi homologado pelo Conselho Diretor da Anatel em 1º de junho de 2016 e os Termos de Autorização foram assinados em 26 de julho de 2016.

As Autorizações detidas em caráter primário pela TIM Celular em 31 de dezembro de 2016, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – Julho, 2031	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maió, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	2016	2015
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Jul/17 a Jul/22	2.546.627	2.528.140
BNDES (1)	UMIPCA	UMIPCA + 2,62% a.a.	Jul/17	36.552	68.628
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	2.068.629	1.475.426
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a 4,50% a.a.	Jul/18 a Jan/21	444.847	563.465
BNB (2)	R\$	10,00% a.a.	Jan/16	-	931
Banco BNP Paribas (3)	USD	Libor 6M + 2,53% a.a.	Dez/17	78.065	187.038
Banco Europeu de Investimento (BEI) (2)	USD	Libor 6M + 0,941% a 1,32% a.a.	Ago/19 a Fev/20	622.980	1.859.839
Bank of America (Res. 4131) (4)	USD	Libor 3M + 1,35% a.a.	Set/16	-	468.114
Bank of America (Res. 4131) (4)	USD	Libor 3M + 2,00% a.a.	Set/18	324.860	-
KFW (3)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	182.046	304.924
KFW Finnvera (3)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24	121.038	-
Cisco Capital (4)	USD	1,80% a 2.50% a.a.	Set/18 a Dez/20	294.138	469.932
Total				6.719.782	7.926.437
Circulante				(1.145.225)	(2.326.187)
Não Circulante				5.574.557	5.600.250

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da TIM Celular
- (2) Fiança Bancária e Aval da controladora TIM Participações
- (3) Aval da controladora TIM Participações
- (4) Não possuem garantia

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016.

O empréstimo em moeda estrangeira, contratado junto ao Banco BNP Paribas, e os financiamentos da TIM Celular, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo aos índices financeiros definidos.

No mês de março de 2016, a Companhia liquidou antecipadamente a primeira tranche do Contrato assinado em 2008 junto ao Banco Europeu de Investimento, no valor total de R\$520 milhões. No mês de junho de 2016, a Companhia também liquidou antecipadamente a segunda e a terceira tranche desse mesmo contrato, no valor total de R\$513 milhões. O vencimento original

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

destas tranches se daria em setembro/16, dezembro/16 e junho/17, respectivamente. A liquidação antecipada teve como objetivo o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia.

Adicionalmente, em junho de 2016 a Companhia renovou parcialmente o empréstimo existente junto ao Bank of America. A renovação se deu através do pré-pagamento da totalidade da dívida existente incluindo o seu respectivo swap cujo resultado final foi de R\$283 milhões e a contratação de uma nova operação no valor de R\$338 milhões com vencimento final em setembro de 2018.

Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2016
BNDES (1)	URTJLP	dez/13	dez/16	2.635.600	998.338	1.637.262
BNDES (1)	UM143	dez/13	dez/16	2.636.400	963.713	1.672.687
BNDES (PSI) (1)	R\$	dez/13	dez/16	428.000	-	428.000
BNDES (2)	R\$	dez/15	dez/17	60.995	60.995	-
BNDES (2)	TJLP	dez/15	dez/18	2.940	2.940	-
Total R\$:						3.737.949
KFW Finnvera (3)	USD	dez/15	jun/18	150.000	102.000	45.000

Objetivo:

- (1) Financiar os investimentos em rede e em tecnologia da informação para os anos de 2014, 2015 e 2016;
- (2) Financiar os Projetos de Inovação da TIM para os anos 2016, 2017 e 2018;
- (3) Financiar compras de equipamentos importados e serviços para os anos de 2015, 2016 e 2017. O valor de USD45 milhões foi equivalente a R\$ 161.568 na ocasião do desembolso.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2016 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$118 milhões, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" (nota 23) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção" (nota 30).

A controlada TIM Celular possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a "contabilidade de *hedge*".

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado
2018	1.656.826
2019	1.600.638
2020	1.084.332
2021	764.139
2022	450.506
2023	9.020
2024	9.096
	5.574.557

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outras operações contratadas com características extremamente específicas são os empréstimos obtidos junto ao BNP e junto ao KFW Finnvera. Na primeira operação, temos como garantidor a empresa SACE, seguradora italiana, e, na segunda, o Finnvera, agência finlandesa, e ambas possuem atribuições de instituição de fomento. Dadas às características destas operações, entendemos que seus valores justo são iguais àqueles registrados no balanço da Companhia.

Com relação às captações contratadas com o Bank of America, Cisco Capital e KFW as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

Seguindo o critério de avaliação que considera características de operações similares, a Companhia identificou diferenças entre o valor justo e contábil das captações efetuadas junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). A operação teria um valor justo menor do que o saldo contábil em aproximadamente R\$5 milhões.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	-	-	381.659	419.547
Impostos e taxas ANATEL	-	-	19.537	21.354
Imposto sobre Serviços – ISS	309	165	45.325	43.109
Outros	14	152	6.721	17.861
	323	317	453.242	501.871
Parcela circulante	(323)	(317)	(453.130)	(501.768)
Parcela não circulante	-	-	112	103

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2015, a Companhia e suas subsidiárias efetuavam o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social. A partir de 2016 esta opção mudou e as Companhias passaram a efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social	-	-	507.915	338.351
PIS / COFINS	14	25	59.811	63.658
Outros (*)	17	21	54.840	55.022
	31	46	622.566	457.031
Parcela circulante	(31)	(46)	(363.726)	(213.880)
Parcela não circulante	-	-	258.840	243.151

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada TIM Celular ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, Cofins – Contribuição para a Seguridade Social, IRPJ – Imposto de renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31.10.2024.

23. Receitas diferidas

	Consolidado	
	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Serviços a prestar pré-pagos (1)	716.650	958.872
Subvenções governamentais (2)	117.758	145.892
Swap de rede (3)	28.932	37.674
Receitas antecipadas	18.554	25.877
Receitas diferidas s/ venda de torres (4)	991.750	973.613
	1.873.644	2.141.928
Parcela circulante	(812.340)	(1.043.239)
Parcela não circulante	1.061.304	1.098.689

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2016 é de R\$202.954. Este montante está sendo

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 30).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 1.b).

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de divulgação por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cível (a)	-	-	141.988	92.820
Trabalhista (b)	1.982	4.403	90.789	69.312
Tributária (c)	-	-	216.423	224.858
Regulatória (d)	-	-	29.282	28.621
	<u>1.982</u>	<u>4.403</u>	<u>478.482</u>	<u>415.611</u>

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	2015	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2016
	Cível (a)	92.820	357.081	(384.468)	76.555
Trabalhista (b)	69.312	18.600	(18.523)	21.400	90.789
Tributária (c)	224.858	(1.731)	(6.856)	152	216.423
Regulatória (d)	28.621	1.292	(3.362)	2.731	29.282
	<u>415.611</u>	<u>375.242</u>	<u>(413.209)</u>	<u>100.838</u>	<u>478.482</u>

a. Processos cíveis

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a.1 Ações movidas por consumidores

As controladas são partes em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$ 105.112 (R\$51.962 em 31 de dezembro de 2015), referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Procon e Ministério Público

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais, (v) suposta publicidade enganosa, (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 4.705 (R\$3.324 em 31 de dezembro 2015).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$8.661 (R\$18.496 em 31 de dezembro de 2015).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$20.120 (R\$15.346 em 31 de dezembro de 2015).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$3.390 (R\$3.692 em 31 de dezembro de 2015).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

da Companhia e/ou de suas controladas por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.074 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2016 (1.148 em 31 de dezembro de 2015) movidas contra a Companhia e suas controladas, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços. O provisionamento destas causas totaliza R\$81.876 (R\$60.095 em 31 de dezembro de 2015). Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados ao sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 31 de dezembro de 2016, o provisionamento destas causas totaliza R\$10.742 (R\$7.651 em 31 de dezembro de 2015).

c. Processos tributários

	Consolidado	
	2016	2015
Tributos Federais	57.393	52.576
Tributos Estaduais	64.280	75.970
Tributos Municipais	1.629	1.477
Processos Intelig (Purchase price allocation)	93.121	94.835
	<u>216.423</u>	<u>224.858</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos:

Tributos federais

A provisão para a TIM Celular suporta doze processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 33.172 (R\$ 31.338 em 31 de dezembro de 2015), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado em agosto de 2015 e atualizado é de R\$ 12.683 (R\$ 11.512 em 31 de dezembro de 2015).

A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos federais, suporta três processos que tratam do indeferimento de compensações de tributos federais com saldo negativo de IRPJ e com a CSLL de períodos anteriores aos das compensações, totalizando o montante atualizado de R\$ 6.077 (R\$ 4.968 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM Celular suporta quarenta e sete processos, dentre os quais destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 13.652 (R\$ 24.626 em 31 de dezembro de 2015),

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

bem como valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, provisionados em julho/2016 que, atualizados, equivalem a R\$ 4.183.

A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos estaduais, suporta oito processos, destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam suporte documental para a comprovação de crédito apropriado pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 14.414 (R\$ 17.369 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em co-billing.

PPA Intelig

Há processos tributários advindos da aquisição da Intelig, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$93.121 (R\$ 94.835 em 31 de dezembro de 2015).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco provável era de R\$29.282 (R\$28.621 em 31 de dezembro de 2015).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Cível (e.1)	1.698.901	1.484.672
Trabalhista (e.2)	678.290	467.607
Tributária (e.3)	13.832.157	11.577.042
Regulatória (e.4)	69.572	65.849
	<u>16.278.920</u>	<u>13.595.170</u>

A partir de dezembro de 2016, os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração passaram a ser divulgados pelos seus valores atualizados, bem como os saldos comparativos de 2015.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	Consolidado	
	2016	2015
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	679.577	639.923
ANATEL (e.1.2)	202.777	160.210
Procon e Ministério Público (e.1.3)	316.007	316.385
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	203.314	160.027
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	130.894	56.201
Outros	166.332	151.926
	<u>1.698.901</u>	<u>1.484.672</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Procon e Ministério Público

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex- parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.2. Trabalhistas

Há 6.039 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2016 (3.400 em 31 de dezembro de 2015) movidas contra a Companhia e suas controladas, referentes a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços no montante de R\$678.290 (R\$467.607 em 31 de dezembro de 2015).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados ao sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$9.256 (R\$12.809 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia é parte em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem como objeto essencialmente a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, referentes a terceirização, totalizando R\$60.351 (R\$59.161 em 31 de dezembro de 2015).

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos a indenização por previsão contratual, formalizada em "carimbos" nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista de R\$3.521 e provável R\$711.

Cumprir ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no polo passivo da Holdco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil é parte.

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$5.372 (R\$4.590 em 31 de dezembro de 2015) e sofreu ainda autuação fiscal referente à supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor de R\$5.686 (R\$8.091 em 31 de dezembro de 2015).

A Intelig recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$43.496 (R\$43.354 em 31 de dezembro de 2015).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3. Tributárias

	Consolidado	
	2016	2015
Tributos Federais (e.3.1)	3.560.440	2.906.586
Tributos Estaduais (e.3.2)	6.982.809	5.925.583
Tributos Municipais (e.3.3)	509.613	528.729
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.779.295	2.216.144
	<u>13.832.157</u>	<u>11.577.042</u>

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.560.440 em 31 de dezembro de 2016. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.190.975 (R\$1.928.242 em 31 de dezembro de 2015).
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$185.001 (R\$154.665 em 31 de dezembro de 2015).
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$58.914 (R\$54.206 em 31 de dezembro de 2015).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a Tim Celular é de R\$229.061 (R\$212.271 em 31 de dezembro de 2015) e para a Intelig, o valor é de R\$ 52.963 (R\$44.098 em 31 de dezembro de 2015).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 412.741 (R\$ 353.705 em 31 de dezembro de 2015).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais é de R\$6.982.809 em 31 de dezembro de 2016. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$1.200.113 (R\$1.222.432 em 31 de dezembro de 2015).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 985.842 (R\$813.255 em 31 de dezembro de 2015).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$907.777 (R\$721.631 em 31 de dezembro de 2015).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos, bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. O valor envolvido é de R\$1.230.516 (R\$950.459 em 31 de dezembro de 2015).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 322.722 (R\$ 197.214 em 31 de dezembro de 2015).
- (vi) Alegada omissão de débito do imposto nas operações de cessão de meio de rede em que o tributo originariamente diferido não fora supostamente recolhido na fase posterior, nos ditames do Convênio 128/98. O valor envolvido é de R\$ 112.537 (R\$ 100.980 em 31 de dezembro de 2015).
- (vii) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$169.431 (R\$145.975 em 31 de dezembro de 2015).
- (viii) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$234.006 (R\$ 81.977 em 31 de dezembro de 2015).
- (ix) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, bem como alegado crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo. O valor envolvido é de R\$69.195 (R\$84.657 em 31 de dezembro de 2015).
- (x) Tributação da prestação de serviços de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$39.665 (R\$36.478 em 31 de dezembro de 2015).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (xi) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$105.418 (R\$24.397 em 31 de dezembro de 2015).
- (xii) Anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, bem como suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS. O valor envolvido é de R\$ 22.499 (R\$25.419 em 31 de dezembro de 2015).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 509.613 em 31 de dezembro de 2016. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 128.145 (R\$119.333 em 31 de dezembro de 2015).
- (ii) cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 183.962 (R\$171.507 em 31 de dezembro de 2015).

e.3.4. FUST, FUNTTEL e EBC

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, o FUNTTEL e EBC é de R\$2.779.295 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.216.144 em 31 de dezembro de 2015). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações) e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

Adicionalmente, discute-se a legalidade da exigência da cobrança da contribuição para o fomento da radiodifusão pública (Contribuição à EBC – Empresa Brasileira de Comunicação), instituída pela Lei nº 11.652/2008.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de 69.572 (R\$65.849 em 31 de dezembro de 2015).

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM Celular torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	31.609	286.275
Reversão/ baixas ao longo do exercício, líquidas de adições (*)	(11.029)	(258.627)
Atualização monetária no exercício	1.146	3.961
Saldo final	21.726	31.609

(*) Os valores consolidados incluem o efeito de R\$193.205 e R\$4.220 em 2015 e 2016, respectivamente, decorrente da baixa relativa à venda das torres (nota 1b).

A provisão é realizada com base nas seguintes premissas:

- São estimados os custos unitários de desativação de sites, envolvendo o valor dos serviços e materiais envolvidos nesta desativação. A estimativa é preparada pelo departamento de rede da Companhia, com base em informações atualmente disponíveis;
- É estabelecido um cronograma de desativação, com base na vida útil dos sites, e os custos inicialmente estimados são projetados de acordo com este cronograma, atualizado com base na inflação estimada pela Companhia. A taxa de inflação esperada pela Companhia encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado; e
- A taxa de desconto dos fluxos de caixa é representada pelo custo médio da dívida da Companhia que em 31 de dezembro de 2016 era de 12,43% a.a (12,27% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

26. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	2016	2015
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Valor líquido integralizado	9.866.298	9.866.298
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2016	2015
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	24.678	20.876
Reserva de benefício fiscal	1.158.911	1.040.661
	<u>1.564.149</u>	<u>1.442.097</u>

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A.. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

(ii) Aquisição das ações da Holdco – compra da Intelig

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da Intelig, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com base nas antigas práticas contábeis brasileiras ("BR GAAP"), a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de suas controladas com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 27).

b.3 Reserva de benefício fiscal

A TIM Celular usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela TIM Celular em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 equivalem a R\$1.161.151 e R\$1.040.661, respectivamente.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 12 de dezembro de 2013, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, os dividendos foram calculados como segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	750.427	2.071.145
(-) Constituição da reserva legal	(37.521)	(103.557)
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(118.250)	(93.123)
Lucro líquido ajustado	594.656	1.874.465
Dividendos a distribuir:		
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	148.664	468.616
Dividendos por ação (valores expressos em reais)	0,06	0,19

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da TIM Participações S.A., realizada em 12 de abril de 2016, aprovou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$468.616. O referido valor foi distribuído no dia 10 de junho de 2016.

O saldo em 31 de dezembro de 2016 de dividendos a pagar é composto pelo valor de dividendos mínimos, conforme calculado acima, além dos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$57.447 (56.163 em 2015).

27. Opções de compras de ações

Plano 2011 – 2013 e Plano 2014-2016

Em 5 de agosto de 2011 e 10 de abril de 2014, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013" e "Plano 2014- 2016", respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em suas controladas.

O exercício das opções do plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

O prazo de vigência das opções é de 6 anos e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

Em 8 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª Outorga referente ao Plano 2014-2016. As variações na quantidade de opções estão apresentadas a seguir:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício (*)	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2016									
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	set/22	R\$ 8,10	-	3.922.204	-	-	-	3.922.204
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R\$ 8,45	3.355.229	-	-	(780.144)	-	2.575.085
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R\$ 13,42	1.305.562	-	-	(240.903)	-	1.064.659
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R\$ 8,13	1.531.984	-	-	(440.520)	-	1.091.464
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R\$ 8,96	513.904	-	-	(11.615)	-	502.289
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	17.532.884			6.706.679	3.922.204		(1.473.182)		9.155.701
Preço médio ponderado do exercício			R\$ 8,87						

(*) Não foram exercidas opções durante o exercício de 2016 para o “plano 2011-2013”, pois não houve atendimento das condições mínimas de desempenho.

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício (*)	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2015									
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	Out/21	8,4526	-	3.355.229	-	-	-	3.355.229
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	Set/20	13,4184	1.456.353	-	-	(150.791)	-	1.305.562
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	Jul/19	8,1349	1.971.900	-	-	(439.916)	-	1.531.984
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	Set/18	8,9571	671.091	-	-	(157.187)	-	513.904
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	Ago/17	8,8404	-	-	-	-	-	-
Total	13.610.680			4.099.344	3.355.229	-	(747.894)	-	6.706.679
Preço médio ponderado do exercício			9,3854						

(*) Não foram exercidas opções durante o exercício de 2015 para o “plano 2011-2013”, pois não houve atendimento das condições mínimas de desempenho.

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Data de outorga	Preço médio ponderado da ação na data da concessão	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,31	51,73% a.a	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a	6 anos	11,73% a.a

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da Companhia aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).

Utilizando-se o princípio de competência contábil, as despesas atreladas ao plano de benefícios de longo prazo vêm sendo apropriadas mensalmente e, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$3.802 (R\$4.504 em dezembro de 2015).

28. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente considerando o *billed* do mês anterior.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

	Consolidado	
	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Receita de serviços – Móvel	20.188.962	22.121.450
Receita de serviços - Fixa	1.178.856	1.003.185
Receita de serviços	21.367.818	23.124.635
Venda de mercadorias	1.377.771	2.646.866
Receita operacional bruta	<u>22.745.589</u>	<u>25.771.501</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(5.694.886)	(6.248.310)
Descontos concedidos	(1.394.223)	(2.213.041)
Devoluções e outros	(39.067)	(167.885)
	<u>(7.128.176)</u>	<u>(8.629.236)</u>
Total da receita líquida	<u>15.617.413</u>	<u>17.142.265</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Custos e despesas operacionais

Consolidado								
	2016				2015			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas (1)	Despesas com comercialização (2)	Despesas gerais e administrativas (3)	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas (1)	Despesas com comercialização (2) Reapresentado (Nota 2.e)	Despesas gerais e administrativas (3)	Total
Pessoal	(59.026)	(673.571)	(272.699)	(1.005.296)	(91.026)	(687.629)	(265.198)	(1.043.853)
Serviços de terceiros	(506.356)	(1.965.329)	(433.396)	(2.905.081)	(490.872)	(2.187.616)	(483.624)	(3.162.112)
Interconexão e meios de conexão	(2.676.813)	-	-	(2.676.813)	(2.805.364)	-	-	(2.805.364)
Depreciação e amortização	(2.884.639)	(181.916)	(445.536)	(3.512.091)	(2.535.683)	(162.267)	(319.106)	(3.017.056)
Impostos, taxas e contribuições	(33.627)	(1.047.416)	(13.474)	(1.094.517)	(26.331)	(874.619)	(13.756)	(914.706)
Aluguéis e seguros	(551.020)	(101.731)	(72.276)	(725.027)	(495.550)	(93.265)	(67.465)	(656.280)
Custo das mercadorias vendidas	(975.959)	-	-	(975.959)	(1.856.668)	-	-	(1.856.668)
Publicidade e propaganda	-	(438.837)	-	(438.837)	-	(560.558)	-	(560.558)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(266.442)	-	(266.442)	-	(230.357)	-	(230.357)
Outros	(5.966)	(43.787)	(21.341)	(71.094)	(5.363)	(26.663)	(46.128)	(78.154)
	<u>(7.693.406)</u>	<u>(4.719.029)</u>	<u>(1.258.722)</u>	<u>(13.671.157)</u>	<u>(8.306.857)</u>	<u>(4.822.974)</u>	<u>(1.195.277)</u>	<u>(14.325.108)</u>

Controladora								
	2016				2015			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	-	-	(13.648)	(13.648)	-	-	(12.601)	(12.601)
Serviços de terceiros	-	-	(4.980)	(4.980)	-	-	(15.118)	(15.118)
Aluguéis e seguros	-	-	(163)	(163)	-	-	(205)	(205)
Outros	-	-	(554)	(554)	-	-	(1.134)	(1.134)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.345)</u>	<u>(19.345)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(29.058)</u>	<u>(29.058)</u>

A Companhia e suas controladas fazem contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia e de suas controladas. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia e de suas controladas no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e suas controladas aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

- (1) Em 2016, a Companhia registrou o valor de R\$3.596 (R\$5.283 em 2015) relacionado a benefícios pós-emprego no grupo de custos.
- (2) Em 2016, a Companhia registrou o valor de R\$4.229 (R\$6.454 em 2015) relacionado a benefícios pós-emprego no grupo de despesas gerais e administrativas.
- (3) Em 2016, a Companhia registrou o valor de R\$3.732 (R\$6.587 em 2015) relacionado a benefícios pós-emprego no grupo de despesas comerciais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	-	28.134	21.513
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	39.639	37.630
Resultado na alienação de ativos (*)	-	-	57.563	1.459.067
Outras receitas	191	778	181.234	50.528
	191	778	306.570	1.568.738
Despesas				
FUST/FUNTEL (**)	-	-	(163.955)	(168.351)
Impostos, taxas e contribuições	-	(1)	(2.980)	(3.970)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	94	(1.717)	(352.154)	(348.339)
Despesa na alienação de ativos (*)	-	-	(14.473)	(245.756)
Outras despesas	(79)	(24)	(21.987)	(23.124)
	15	(1.742)	(555.549)	(789.540)
Amortização de autorizações	-	-	(273.081)	(344.915)
	15	(1.742)	(828.630)	(1.134.455)
Outras receitas (despesas), líquidas	206	(964)	(522.060)	434.283

(*) Durante o exercício de 2015 foram transferidas 5.483 torres referente à 1ª, 2ª e 3ª tranches e em 2016 foram transferidas 336 torres referente à 4ª e 5ª tranches para ATC conforme os contratos celebrados entre as partes (notas 14 e 1.b). O *leaseback* foi analisado e classificado como *leasing* financeiro, considerando os requisitos previstos no IAS17/CPC 06 (R1), aprovado por Deliberação da CVM.

Os riscos e benefícios dos ativos foram repassados ao comprador nas datas de cada transferência (29 abril de 2015, 30 de setembro de 2015, 16 de dezembro de 2015, 9 de junho de 2016 e 20 de dezembro de 2016) e foi reconhecido uma receita líquida na alienação desses ativos no montante de R\$ 44.036 e R\$1.210.980 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respectivamente, como outras receitas operacionais.

(**) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Juros sobre aplicações financeiras	2.610	5.812	477.667	647.629
Juros de clientes	-	-	43.340	60.208
Juros <i>swap</i>	-	-	129.179	50.611
Juros s/ leasing	-	-	25.756	24.045
Atualização monetária	1.887	1.278	61.628	71.888
Outras receitas	-	-	12.880	8.327
	<u>4.497</u>	<u>7.090</u>	<u>750.450</u>	<u>862.708</u>

32. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(199.077)	(179.726)
Juros sobre fornecedores	-	(42)	(21.474)	(142.092)
Juros sobre impostos e taxas	(33)	(56)	(28.944)	(21.124)
Juros <i>swap</i>	-	-	(230.642)	(308.216)
Juros s/ leasing	-	-	(246.280)	(145.274)
Atualização monetária	(318)	(804)	(269.031)	(178.904)
Descontos concedidos	-	-	(61.082)	(64.004)
Outras despesas	(2.856)	(546)	(99.955)	(76.184)
	<u>(3.207)</u>	<u>(1.448)</u>	<u>(1.156.485)</u>	<u>(1.115.524)</u>

33. Variações cambiais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.162.987	-
Fornecedores	71	32	12.238	9.107
Swap	-	-	512.824	1.109.006
Outros	-	-	10.996	29.902
	<u>71</u>	<u>32</u>	<u>1.699.045</u>	<u>1.148.015</u>
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(714.773)	(1.108.309)
Fornecedores	(36)	(397)	(8.213)	(28.949)
Swap	-	-	(960.635)	-
Outros	-	-	(20.269)	(8.348)
	<u>(36)</u>	<u>(397)</u>	<u>(1.703.890)</u>	<u>(1.145.606)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>35</u>	<u>(365)</u>	<u>(4.845)</u>	<u>2.409</u>

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 39).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

34. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(309.695)	(358.188)
Contribuição social do exercício	(110.997)	(132.754)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	118.250	93.123
	<u>(302.442)</u>	<u>(397.819)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	29.482	(378.168)
Contribuição social diferida	9.947	(136.140)
	<u>39.429</u>	<u>(514.308)</u>
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	124	(3.464)
	<u>39.553</u>	<u>(517.772)</u>
	<u>(262.889)</u>	<u>(915.591)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	750.427	2.085.442	1.013.316	3.001.033
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada (Adições) / exclusões:	(255.145)	(709.050)	(344.527)	(1.020.351)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(6.025)	(8.298)	6.611	(4.106)
Resultado de equivalência patrimonial	261.202	717.464	-	-
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>				
Doações não dedutíveis	-	-	(4.806)	(3.058)
Multas não dedutíveis	(32)	(116)	(9.310)	(12.939)
Perdas contas a receber <i>Co billing</i>	-	-	(11.957)	(3.267)
Impacto na venda das torres	-	-	(30.700)	27.546
Outras adições e exclusões permanentes	-	-	7.439	(5.146)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)	-	-	118.250	93.123
Outros valores	-	-	6.111	12.607
	<u>255.145</u>	<u>709.050</u>	<u>81.638</u>	<u>104.760</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(262.889)</u>	<u>(915.591)</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25,94%</u>	<u>30,51%</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) Conforme mencionado na nota 26 b.3, de acordo com o Decreto 3.000/1999, em seu art. 443, inciso I, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de capital, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM Celular possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

35 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	750.427	2.085.442
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.237	2.420.237
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,31	0,86

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.e)
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	750.427	2.085.442
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.241	2.420.325
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,31	0,86

O cálculo do lucro diluído por ação considerou 4.535 ações relacionadas com a 3ª. Outorga do Plano 2011-2013, conforme mencionado na Nota 27.

36 Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	2016	2015
Grupo Telecom Argentina (1)	-	3.073
Telecom Italia Sparkle (1)	5.246	6.212
Lan Group (4)	2.471	3.881
TIM Brasil (6)	12.587	2.822
Outros	674	674
Total	20.978	16.662

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Passivo	
	2016	2015
Telecom Italia S.p.A. (2)	29.094	38.823
Grupo Telecom Argentina (1)	-	5.304
Telecom Italia Sparkle (1)	22.898	14.657
Italtel (3)	10.248	45.004
Lan Group (4)	7.822	3.854
TIM Brasil	4.877	4.309
Grupo Vivendi (7)	3.947	1.035
Outros	38	38
Total	78.924	113.024

	Receita	
	2016	2015
Telecom Italia S.p.A. (2)	3.090	3.668
Grupo Telecom Argentina (1)	8.232	5.771
Telecom Italia Sparkle (1)	4.694	5.223
Lan Group (4)	1.627	1.590
Total	17.643	16.252

	Custo/Despesa	
	2016	2015
Telecom Italia S.p.A. (2)	6.801	9.769
Telecom Italia Sparkle (1)	39.913	35.626
Grupo Telecom Argentina (1)	713	3.109
Lan Group (4)	52.938	51.806
Generali (5)	194	1.053
Grupo Vivendi (7)	8.075	7.669
Outros	1.834	588
Total	110.468	109.620

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale.

O "Grupo Telecom Argentina" é composto pelas empresas: Telecom Personal, Telecom Argentina e Nucleo.

Em 8 de março de 2016, a Telecom Italia concluiu a venda da totalidade de sua participação no Grupo Telecom Argentina.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

(3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.

(4) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD (exploração industrial de linha dedicada), aluguel de meios (cabos submarino) e serviço de sinalização.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (5) Os valores referem-se à contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.
- (6) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (7) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 2016, a Companhia investiu mais de 19,5 milhões em benefício social (91% em projetos do Instituto TIM, 6% em patrocínios e 3% em doações), dos quais cerca de 17 milhões foram investidos como contrapartida social obrigatória ao crédito concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à TIM Celular.

37. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentada a seguir:

	2016	2015
Salários e outros benefícios de curto prazo	18.523	13.170
Pagamentos com base em ações	1.200	3.029
	<u>19.723</u>	<u>16.199</u>

38. Transações com Grupo Telefónica

Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A, Mediobanca S.p.A, Sintonia S.p.A e a Telefónica S.A. assinaram um acordo para, a partir da *holding* Telco S.p.A ("Telco"), passar a deter 23,6% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da TIM Participações, operação aprovada pela ANATEL em 5 de novembro de 2007, juntamente com a imposição de restrições de direitos à Telefónica S.A. para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos Telefónica e TIM, no Brasil.

Posteriormente, em abril de 2010, como condição para aprovação da operação pelo CADE, as controladoras da Telco firmaram um Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") fixando as regras de participação da Telefónica nas deliberações da Telecom Italia, e sua restrição de governança quanto às atividades da controlada no mercado brasileiro, tendo a controladora da TIM Participações, a TIM Brasil, também assinado o referido TCD na qualidade de Parte Interveniente.

Em 4 de dezembro de 2013, em processo de fiscalização do cumprimento do TCD, o CADE aplicou sanção de multa à TIM Brasil porque a empresa teria deixado de apresentar contrato firmado com empresa do Grupo Telefónica antes da celebração do TCD. Em 16 de dezembro de 2013, a TIM Brasil apresentou embargos de declaração, que automaticamente suspenderam a obrigação de pagamento da multa até que o CADE julgasse o recurso. Em maio de 2015, julgado o recurso, a multa, no valor de R\$500 mil, foi paga.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 22 de dezembro de 2014, o Conselho Diretor da ANATEL anuiu com o pedido de cisão da Telco S.p.A. apresentado por Assicurazioni Generali S.p.A., Mediobanca S.p.A., Intesa Sanpaolo S.p.A. e Telefónica S.A., condicionando a operação à suspensão de todos os direitos políticos da Telefónica na Telecom Italia e empresas controladas, revogando os compromissos de acompanhamento anteriormente estabelecidos. Ademais, de acordo com a decisão da ANATEL, qualquer participação acionária da Telefónica na Telecom Italia deveria ser eliminada no prazo de 18 (dezoito) meses.

No CADE, o Ato de Concentração referente à cisão foi aprovado no dia 25 de março de 2015, condicionado à celebração e ao cumprimento, pela Telefónica, de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC"), que teve como propósito viabilizar o total desinvestimento da Telefónica na Telecom Italia, fixando as obrigações consideradas necessárias pelo CADE para mitigar preocupações concorrenciais advindas da participação direta da Telefónica na Telecom Italia.

Paralelamente à análise da operação de cisão da Telco, a ANATEL e o CADE aprovaram a aquisição da GVT pela Telefônica Brasil S.A., em dezembro de 2014 e março de 2015, respectivamente. Como parte do pagamento pela aquisição da GVT, e de sucessivas operações entre Vivendi, Telefónica e aquisições no mercado livre, a Vivendi, atualmente, detém 24,68% das ações com direito a voto da Telecom Italia e 0,95% do capital total da Telefónica.

Nesse contexto, nos autos do processo relativo à operação da Telco, foi publicada no Diário oficial da União (DOU), em 28 de abril de 2015, decisão do CADE que confirmou a extinção das obrigações fixadas no TCD também em relação à TIM Brasil.

Posteriormente, a Telefónica informou, por meio de fato relevante divulgado em 24 de junho de 2015, "*o total desinvestimento de sua participação na Telecom Italia S.p.A., em conformidade com os compromissos regulatórios e concorrenciais assumidos*".

Desta forma, em 31 de dezembro de 2016, entre as operadoras do grupo TIM, controladas pela TIM Participações, e as operadoras do grupo Telefónica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo: interconexão, *roaming*, compartilhamento de sites, de radiofrequência, de infraestrutura, provimento de linhas dedicadas sob a modalidade de exploração industrial, bem como acordos de co-faturamento de chamadas de longa distância, todos realizados de acordo com condições de mercado e de acordo com a regulamentação brasileira dos serviços de telecomunicações conforme apresentado abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
Ativo	343.835	351.147
Passivo	(97.541)	(122.301)
Receita	720.827	911.892
Custo/Despesa	(552.749)	(574.580)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

39. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e suas controladas destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, através de suas controladas, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap e fundo cambial*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de suas controladas, em atendimento ao IAS 32 (CPC 39).

Desta forma, os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade das controladas computarem i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, as controladas realizam: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos em seus empréstimos e financiamentos e ii) aplicações em fundo cambial com o objetivo de reduzir os impactos nos contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Todo o montante aplicado em fundo cambial tem como objetivo proteger parcialmente a exposição cambial atrelada a contratos comerciais em dólar, contudo a contabilidade de hedge foi aplicada apenas em uma parte dos contratos que possuem características que se enquadram nas regras do IFRS.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada TIM Celular indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2016 a controlada TIM Celular não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que as controladas possuem nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2016, as controladas mantêm seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de as controladas computarem prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, as controladas realizam preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política das controladas para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 ou 10% das receitas de mercadorias.

(v) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	216.922	(81.473)	135.449	1.099.574	(109.512)	990.062
Parcela circulante	82.454	(36.163)	46.291	608.915	(109.512)	499.403
Parcela não circulante	134.468	(45.310)	89.158	490.659	-	490.659

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2016 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2018	36.265	22.150
2019	17.592	10.375
2020	80.611	7.194
2021 em diante		5.591
	<u>134.468</u>	<u>45.310</u>

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

2016			
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo			
Títulos e valores mobiliários	479.953		479.953
Derivativos usados para <i>hedge</i>		216.922	216.922
Total do ativo	479.953	216.922	696.875
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>		81.473	81.473
Total do passivo		81.473	81.473
2015			
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo			
Títulos e valores mobiliários	599.414	-	599.414
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	1.099.574	1.099.574
Total do ativo	599.414	1.099.574	1.698.988
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	109.512	109.512
Total do passivo	-	109.512	109.512

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo	Total
31 de dezembro de 2016			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		216.922	216.922
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.943.269		2.943.269
Títulos e valores mobiliários		479.953	479.953
Caixa e equivalentes de caixa	5.128.186		5.128.186
Arrendamento mercantil – leasing	204.762		204.762
Depósitos judiciais	1.294.125		1.294.125
Outros ativos	83.107		83.107
	<u>9.653.449</u>	<u>696.875</u>	<u>10.350.324</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2016			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		6.719.782	6.719.782
Instrumentos financeiros derivativos	81.473		81.473
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		3.461.081	3.461.081
Arrendamento mercantil leasing		1.802.238	1.802.238
Dividendos a pagar		206.112	206.112
	<u>81.473</u>	<u>12.189.213</u>	<u>12.270.686</u>

	Consolidado		
	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2015			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.099.574	1.099.574
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.882.950	-	2.882.950
Títulos e valores mobiliários	-	599.414	599.414
Caixa e equivalentes de caixa	6.100.403	-	6.100.403
Arrendamento mercantil – leasing	199.935	-	199.935
Depósitos judiciais	1.106.041	-	1.106.041
Outros ativos	149.180	-	149.180
	<u>10.438.509</u>	<u>1.698.988</u>	<u>12.137.497</u>

	Consolidado - Reapresentado (Nota 2.e)		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2015			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	7.926.437	7.926.437
Instrumentos financeiros derivativos	109.512		109.512
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	3.734.555	3.734.555
Arrendamento mercantil leasing	-	1.618.506	1.618.506
Dividendos a pagar	-	524.779	524.779
	<u>109.512</u>	<u>13.804.277</u>	<u>13.913.789</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de dezembro de 2016, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2016

<u>Moeda</u>	<u>CONTRAPARTE</u>			<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>				<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	BEI	BOFA	622.980	622.980	100%	LIBOR 6M + 1,22% a.a.	94,33% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	78.065	78.065	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	182.046	182.046	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	324.860	324.860	100%	LIBOR 3M + 2,00% a.a.	103,60% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW/ Finnvera	JP Morgan	121.038	121.038	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	294.138	294.138	100%	2,18% a.a.	88,05% do CDI

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2015

MOEDA	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	BEI	Santander, CITI, MS e BOFA	1.859.821	1.859.682	100%	LIBOR 6M + 0,89% a.a.	90,07% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	187.038	187.038	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	304.924	304.924	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	468.114	468.114	100%	LIBOR 3M + 1,35% a.a.	102,00% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander	469.931	469.931	100%	2,18% a.a.	88,30% do CDI

No segundo trimestre de 2016 a Companhia realizou, concomitantemente com o pré-pagamento de parte do financiamento existente junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI), a reversão de três operações de swap contratadas junto aos bancos Morgan Stanley e Citibank, que tinham como objetivo proteger a Companhia dos riscos de variação cambial e de taxa de juros atrelados ao referido financiamento.

Ainda no segundo trimestre de 2016, a Companhia renovou por dois anos parte do empréstimo contratado junto ao Bank of America cujo vencimento original ocorreria em setembro de 2016. Por razão da renovação, a Companhia liquidou antecipadamente o swap atrelado ao referido empréstimo e contratou uma nova operação de swap para proteger o valor remanescente do empréstimo.

Além das operações de swap mencionadas nas tabelas acima, a Companhia aproveitou um momento favorável no mercado, no final do mês de junho, para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo com o objetivo de garantir um custo atraente de 81,50% do CDI para um contrato de financiamento em moeda estrangeira que será desembolsado no futuro junto a ao KfW/Finnvera que possui um nocional em dólares de aproximadamente 48 milhões. O swap foi fechado com o mesmo fluxo de pagamento da dívida a ser desembolsada no futuro para que haja proteção integral. Nesta operação não há risco cambial, visto que o dólar de início da operação (Dívida e SWAP) iniciará simultaneamente em uma data pré-determinada no futuro. Em 31 de dezembro de 2016 o valor do MTM da operação registrada contabilmente é de R\$3.956 - Ativo.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Descrição	2016	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (BNP Paribas, BEI, BOFA, Cisco e KFW)	1.773.788	1.773.788	2.237.152	2.708.005
A) Δ Variação Acumulada Dívida			463.364	934.218
	1.773.788	1.773.788	2.237.152	2.708.005
Valor justo da ponta ativa do <i>swap</i>				
Valor justo da ponta passiva do <i>swap</i>	(1.638.339)	(1.638.339)	(1.635.791)	(1.637.373)
Resultado <i>swap</i>	135.449	135.449	601.361	1.070.632
B) Δ Variação Acumulado Swap			465.911	935.182

C) Resultado final (B-A)

2.547 964

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI e; ii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	13,63%	17,04%	20,45%
USD	3,2591	4,0739	4,8887

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2016 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas em nossas análises se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2016
Resultado líquido em operações de USD x CDI	(549.275)

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora dentre outros índices a alavancagem financeira medida com base no índice de Dívida Líquida sobre EBITDA e/ou LAJIDA.

O índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2016	2015
		Reapresentado (Nota 2.e)
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 39)	6.584.333	6.936.374
Arrendamento Mercantil - Passivo (Nota 16)	1.802.238	1.618.506
Arrendamento Mercantil - Ativo (Nota 16)	(204.762)	(199.935)
Dívidas ANATEL (Nota 19)	147.219	77.450
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(5.128.186)	(6.100.403)
Fundo cambial (Nota 5)	(479.953)	(599.414)
Dívida Líquida - Não auditado	2.720.889	1.732.578
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) - Não auditado	5.209.368	6.613.411
Índice de alavancagem financeira (*) - Não auditado	0,52	0,26
(1) Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	750.427	2.085.442
Depreciações e amortizações	3.785.172	3.361.971
Resultado Financeiro Líquido	410.880	250.407
Imposto de renda e contribuição social	262.889	915.591
LAJIDA (EBITDA) (Não auditado) (**)	5.209.368	6.613.411

(*) A variação no índice inclui o efeito da venda de torres.

(**) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

40. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de suas controladas entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 39.762.469
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

41. Compromissos

Aluguéis

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2017	744.832
2018	778.349
2019	813.375
2020	849.977
2021	888.226
	<u>4.074.759</u>

42. Divulgações suplementares sobre informações dos fluxos de caixa consolidado

	2016	2015
Juros pagos	573.538	456.076
Imposto de renda e contribuição social pagos	199.173	222.450
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(137.199)	(1.244.803)
Aumento das obrigações de <i>leasing</i> – sem efeito no caixa	137.199	1.244.803

43. Outras informações relevantes

No dia 21 (a petição foi distribuída dia 20) de Junho de 2016, OI S.A., Telemar Norte Leste S.A, OI Móvel S.A., Copart 4 Participações S.A., Copart 5 Participações S.A., Portugal Telecom International Finance B.V. e OI Brasil Holdings Coöperatief U.A. (conjuntamente "Oi"), ingressaram com pedido de recuperação judicial perante a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cujo processamento foi deferido pela Justiça no dia 29 de Junho de 2016. Segundo a petição inicial, o objetivo desta ação foi proteger o caixa e ativos da Oi enquanto negocia um plano de recuperação judicial com seus credores, de forma a dar continuidade às suas operações. Oi

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

apresentou junto com o pedido uma lista de credores, que atualmente se encontra sob análise do administrador judicial nomeado pelo juiz, que ainda não publicou a lista de credores revisada, com os créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial. No dia 30 de setembro de 2016, foi publicado o edital contendo o aviso de protocolo do Plano de Recuperação Judicial no processo. O plano de recuperação ainda não foi aprovado pelos credores e disporá a respeito da forma de pagamento dos créditos sujeitos à recuperação judicial, bem como outras medidas de recuperação do Grupo Oi.

O relacionamento entre TIM e OI se origina principalmente de atividades reguladas de interconexão e de compartilhamento de infraestrutura, necessárias a operação de ambas as operadoras. Desta forma, a posição ativa líquida da TIM em relação à recuperação judicial de Oi na data de 20 de junho de 2016, é a seguinte:

Interconexão	14.248
Outras relações comerciais para compartilhamento de infraestrutura	1.677
Total	15.925

A Administração da TIM com base nas informações disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras não realizou provisão adicional para os valores em aberto junto a OI, uma vez que o plano de recuperação apresentado pela OI, ainda em análise pelos credores, apresentou um cenário onde os fornecedores parceiros poderiam ser pagos em até 2 anos e também foi considerada a materialidade dos saldos envolvidos e a natureza dos serviços entre as partes.

Em dezembro de 2016, a Área Técnica da Anatel emitiu Despacho Decisório por meio do qual confirmou entendimento dos efeitos da Resolução n.º 639 de 01 de julho de 2014, determinando a aplicação de Valores de Referência para o provimento de EILD e indicando uma redução dos valores cobrados pela Oi à TIM a partir de 25 de fevereiro de 2016. A TIM notificou o Grupo Oi sobre os termos da decisão, que continuam sendo discutidos entre as partes. Cabe destacar que a Companhia, inclusive, já acordou com outras operadoras de telefonia a compensação dos referidos valores pagos a maior durante o período mencionado.

* * *

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM Participações S.A. (“Companhia”), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2016 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores externos e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, BDO RCS Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, emitido no dia 2 de fevereiro de 2017, o Conselho Fiscal é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2016 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 02 de fevereiro de 2017.

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA

Presidente do Conselho Fiscal

OSWALDO ORSOLIN

Membro do Conselho Fiscal

JARBAS BARSANTI

Membro do Conselho Fiscal

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) da TIM Participações S.A. (“Companhia”) é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, criado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 12 dezembro de 2013, buscando as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e nos moldes da Instrução Normativa ICVM nº 509/2011. Em 23 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Regimento Interno do CAE.

Atualmente, o CAE é composto por 3 (três) membros, eleitos em 14 de abril de 2015, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2017, sendo permitida a reeleição, respeitando-se o período máximo de 10 (dez) anos de atuação contínua. Todos fazem parte do Conselho de Administração da Companhia e são caracterizados como independentes segundo critério da CVM.

O CAE tem como objetivos supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes Oxley Act*, à qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* (SEC), face possuir ADR’s (American Depositary Receipt) na NYSE desde 16 de novembro de 1998.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM Participações em 2016

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, foram realizadas 21 reuniões do CAE que contemplaram 154 itens de Ordem do Dia (temas). As reuniões tiveram duração média de 10 horas cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente (*Chief Executive Officer*), o Diretor Financeiro (*Chief Financial Officer*) e outros membros da Diretoria Executiva, Gerentes Executivos, Auditores Internos e Independentes e a área

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

de *Compliance* da Companhia. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes, em 17 (dezessete) itens durante o ano de 2016. Vale ressaltar que, em dezembro de 2015, foi comunicado ao mercado pela Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.S. (“Baker Tilly”), até então, Auditor Independente da Companhia, que algumas atividades seriam incorporadas à BDO RCS Auditores Independentes S.S. (“BDO”). Dentre as atividades incorporadas, estavam as atividades de auditoria desempenhadas pelo escritório da Baker Tilly situado na cidade de São Paulo e estado de São Paulo, responsável pela Auditoria Independente da Companhia. Após os trâmites necessários para a concretização da fusão das atividades acima descritas, a Companhia encerrou o contrato com a Baker Tilly e celebrou novo contrato com a BDO para a continuidade das atividades da Auditoria Independente, tudo conforme opinião favorável do CAE, consignada na ata da reunião realizada em 15 de março de 2016. Consequentemente, a BDO foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2016, pelo planejamento e execução das auditorias até a revisão das informações trimestrais (“ITRs”), conforme as normas reconhecidas, bem como responsável pela revisão especial dos ITRs, enviados à CVM. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”). No âmbito da estrutura de *joint audit services*, a PricewaterhouseCoopers (“PwC”) permaneceu como auditor da TIM Celular S.A., subsidiária integral da Companhia, e da Intelig Telecomunicações Ltda., controlada pela Companhia, bem como continuou como responsável pela revisão do formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 17 (dezessete) itens durante o ano de 2016, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou o desempenho dos auditores internos. No Programa Anual de Auditoria de 2016, foram oficializadas 24 atividades, das quais 3 foram substancialmente concluídas. No curso do ano de 2016, a Companhia objetivou estreitar a correlação entre as atividades desenvolvidas pelos auditores internos e os riscos levantados no âmbito do *Enterprise Risk Management* (“ERM”).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 13 (treze) itens durante o ano de 2016, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações colhidas, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Compliance* da Companhia, em 17 (dezessete) itens, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) *SOx Compliance*, por meio de monitoramento das deficiências apontadas pelo Auditor Externo; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e; (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais da Companhia.

VI. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos *stakeholders*; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

VII. No decorrer de 2016, o CAE analisou relatórios de ERM da Companhia com foco no inventário dos riscos *SOx/CVM*, monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da companhia e adequação dos fatores de riscos constantes

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

no Formulário de Referência da Companhia. Este tema foi trazido em 07 (sete) itens durante o ano de 2016. A estrutura de gestão de riscos da Companhia é compartilhada entre o CAE e o Comitê de Controle e Riscos (“CCR”). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

VIII. Dentro de suas atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 27 (vinte e sete) contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto as normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

IX. Participou das discussões sobre o procedimento de divulgação de contratos entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e Partes Relacionadas, de outro lado, em atendimento à Instrução CVM nº 558/2015, que modificou a Instrução CVM nº 480/2009.

X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 13 (treze) itens durante o ano de 2016, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias Unificado da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.

XI. Além das 21 (vinte e uma) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 06 (seis) reuniões privadas, de 03 (três) horas cada, com os auditores independentes, BDO e PwC, bem como com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência ou de qualquer tipo de ingerência da administração, no desenvolvimento dos trabalhos das respectivas auditorias.

XII. O Comitê de Auditoria Estatutário atendeu indagações formuladas pelo Conselho Fiscal sobre a estrutura de controles da Companhia.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Externos considerando a nova forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Destaques:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

3.1. Provisão para contingências tributárias (notas explicativas 24.c e 3.c - Provisão para processos judiciais e administrativos tributários)

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pela Administração da Companhia

3.2. Ágio fundamentado em rentabilidade futura (nota explicativa 3.a - Perda por redução ao valor recuperável “impairment” de ativos não financeiros)

O CAE tem sido regularmente informado sobre os controles envolvidos nos testes de redução ao valor recuperado (“*impairment*”) e avaliou a taxa de desconto utilizada para o modelo.

3.3. Reconhecimento de receita (“*unbilled*”) (nota explicativa 3.e - Receitas de tráfego não faturadas – “*unbilled revenues*”)

O CAE acompanhou os relatórios mensais contendo explicações sobre a evolução da receita e estimativas usadas pela Administração da Companhia para o cálculo do *unbilled*.

3.4. Reapresentação de anos anteriores (receitas com pré-pago) (nota explicativa 2.e - Reapresentação de anos anteriores)

O CAE tomou conhecimento do diagnóstico preparado pela Administração da Companhia sobre o tema e acompanhou o processo de identificação e correção do erro em relação às receitas com pré-pago e os controles para melhoria do processo.

4. Outras Atividades

4.1. Treinamento e Formação

Durante o ano de 2016, o CAE favoreceu aos seus membros treinamentos voltados primordialmente para o aprimoramento do exercício de suas funções e atualizações relevantes das normas técnicas que afetam suas atividades.

4.2. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F da SEC e do Formulário de Referência da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), por sugestão do CAE, foi

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

formada uma comissão mista, que consistiu em membros do CAE e executivos da empresa, o qual atuou especificamente com este fim. A comissão reuniu-se uma vez por semana durante os meses de abril e maio de 2016.

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2016, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

5. Demonstrações Financeiras

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2016”). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela BDO, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2016, o CAE concluiu que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas. Por essa razão, recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 2 de fevereiro de 2017.

Herculano Aníbal Alves

Membro e Especialista Financeiro do Comitê
de Auditoria Estatutário

Adhemar Gabriel Bahadian

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker

Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Stefano De Angelis (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Pietro Labriola** (*Chief Operating Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2017.

STEFANO DE ANGELIS

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

PIETRO LABRIOLA

Chief Operating Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Declaração dos diretores sobre o parecer dos Auditores Independentes

Stefano De Angelis (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Pietro Labriola** (*Chief Operating Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2017.

STEFANO DE ANGELIS

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

PIETRO LABRIOLA

Chief Operating Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores

JAQUES HORN

Diretor Jurídico